

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEL AV LUIS CLAUDIO VELOSO GONÇALVES

A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA FORÇA-TAREFA MARÍTIMA DA

OPERAÇÃO DE PAZ DA ONU NO LÍBANO:

Projeção de poder e política externa

Rio de Janeiro

2017

CEL AV LUIS CLAUDIO VELOSO GONÇALVES

A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA FORÇA-TAREFA MARÍTIMA DA
OPERAÇÃO DE PAZ DA ONU NO LÍBANO:

Projeção de poder e política externa

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Manoel Fernandes de
Oliveira Neto

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2017

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a contribuição da participação da Marinha do Brasil (MB) na Força-Tarefa Marítima (FTM) da Missão de Paz Interina no Líbano (UNIFIL) para a Política Externa Brasileira. Há seis anos, a ONU entregou ao Brasil o comando da FTM-UNIFIL, atribuindo à MB o *status* de instituição-referência por liderar, com eficácia, a primeira e única Força Naval estabelecida sob a égide das Nações Unidas. Inicialmente, são analisadas as relações de poder entre os Estados, com suporte das teorias de política internacional realista e liberal, para quantificar, empiricamente, os poderes de coação (*hard power*) e cooperação (*soft power*) do Brasil no sistema internacional. Em seguida, são identificadas as características das operações de paz, bem como a estratégia dos governos brasileiros de inserção internacional e projeção de poder, por meio da participação nessa operação militar internacional, para postular um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. São descritas as particularidades das operações da MB no complexo tabuleiro político do Oriente Médio, bem como a percepção de importantes teóricos, políticos, militares e diplomatas sobre a contribuição do Poder Naval brasileiro na FTM-UNIFIL para a política externa. Conclui-se que a participação da MB na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL contribui para a inserção do Brasil no cenário internacional, sendo um importante instrumento de política externa que o mantém em condições de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Palavras-chave: Marinha do Brasil, Política Externa Brasileira, UNIFIL, Conselho de Segurança da ONU, projeção de poder, Operações de Paz.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the contribution of the Brazilian Navy participation in the Maritime Task Force (MTF) of the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) to the Brazilian Foreign Policy. Six years ago, the UN handed over the command of MTF-UNIFIL to Brazil, giving Brazilian Navy the status of a reference institution for effectively leading the first and only United Nations Naval Force. Initially, power relations between States, supported by realist and liberal international political theories, are analyzed to quantify, empirically, the Brazilian hard power and soft power in the international system. Next, the characteristics of the peacekeeping operations are identified, as well as the strategy of the Brazilian governments of international insertion and projection of power, through the participation in this international military operation, to apply for a permanent seat in the UN Security Council. The particularities of Brazilian Navy's operations in the complex political board of the Middle East are described, as well as the perception of important theoreticians, politicians, military and diplomats about the contribution of the Brazilian Naval Power in the MTF-UNIFIL for foreign policy. It is concluded that Brazilian Navy's participation in the UNIFIL Maritime Task Force contributes to Brazil's insertion in the international arena, being an important foreign policy instrument that maintains it able to claim a permanent seat in the UN Security Council.

Key words: Brazilian Navy, Brazilian Foreign Policy, UNIFIL, UN Security Council, projection of power, Peacekeeping Operations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
AMO	– Área Marítima de Operações
CSD	– Curso Superior de Defesa
CSNU	– Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DPKO	– Departamento de Operações de Manutenção da Paz
EMCFA	– Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	– Estratégia Nacional de Defesa
EUA	– Estados Unidos da América
FC	– <i>Force Commander</i> (Comandante da Força)
FTM	– Força-Tarefa Marítima
GII	– <i>Global Innovation Index</i>
IDF	– <i>Israeli Defense Forces</i>
IPE	– Índice de Poder Efetivo
IPEcon	– Índice de Poder Econômico
IPM	– Índice de Poder Militar
IPP	– Índice de Poder Potencial
IPTec	– Índice de Poder Tecnológico
LBDN	– Livro Branco de Defesa Nacional
LAF	– <i>Lebanese Armed Forces</i> (Forças Armadas Libanesas)
LAF-N	– <i>Lebanese Armed Forces – Navy</i> (Marinha Libanesa)
LC	– Lei Complementar
MB	– Marinha do Brasil
MRE	– Ministério das Relações Exteriores

MD	– Ministério da Defesa
MTF	– <i>Maritime Task Force</i> (Força Tarefa Marítima)
OLP	– Organização para Libertação da Palestina
OND	– Objetivos Nacionais de Defesa
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	– Produto Interno Bruto
PND	– Política Nacional de Defesa
SIPRI	– <i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
UNIFIL	– Força Interina das Nações Unidas no Líbano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS ESTADOS E AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU	11
2.1	Vertentes teóricas das relações de poder entre os Estados	12
2.2	Análise empírica do poder do Brasil no sistema internacional	18
2.2.1	Metodologia	20
2.2.2	Índice de Poder Potencial	20
2.2.3	Índice de Poder Efetivo (<i>Hard Power</i>).....	22
2.2.4	Índice de <i>Soft Power</i>	26
2.3	Síntese e conclusões	28
3	OPERAÇÕES DE PAZ E POLÍTICA EXTERNA	30
3.1	As Operações de Paz da ONU	30
3.1.1	Conceitos e elementos fundamentais	33
3.1.2	Princípios	35
3.1.3	Embasamento legal para a participação do Brasil em operações de paz	36
3.2	A política externa brasileira e as operações de paz da ONU	38
3.3	Síntese e conclusões	43
4	A MARINHA DO BRASIL NA FTM-UNIFIL	46
4.1	Histórico da UNIFIL	46
4.2	A Força-Tarefa Marítima da UNIFIL	50
4.3	Contribuição da participação da MB na FTM-UNIFIL para a política externa	55
4.4	Síntese e conclusões	58
5	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICES	68

1 INTRODUÇÃO

No dia 2 de janeiro de 2014, um atentado a bomba em Beirute feriu 60 pessoas e tirou a vida de pelo menos cinco, entre elas a brasileira Malak Zahwe. A jovem Malak, nascida em Foz do Iguaçu, morava com a família no Líbano, e estava fazendo compras com sua madrasta quando a explosão ocorreu. Uma grande comunidade libanesa vive entre nós, e um número crescente de brasileiros reside no Líbano. Temos uma ligação próxima e direta com aquele país. Como nos recordou o bárbaro atentado de janeiro de 2014, essa ligação é, acima de tudo, uma ligação humana (AMORIM, 2015, p. 9).

Em 2017, a Marinha do Brasil (MB) completou seis anos ininterruptos no comando da Força Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), com o objetivo de apoiar a Marinha Libanesa (LAF-N) no monitoramento de suas águas territoriais e no impedimento da entrada não autorizada de armamento, munição, explosivos e materiais correlatos em seu território, por via marítima, além de prover treinamento para o pessoal da LAF-N.

A atual conjuntura internacional impõe aos países a necessidade de um maior relacionamento multilateral¹ em diversas áreas. A Política Externa Brasileira (PEB) se utiliza da participação em operações de paz da ONU como uma forma de aumentar a inserção do país no sistema internacional.

A participação da Marinha do Brasil na UNIFIL alinha-se aos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal de 1988: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

É sabido que o Brasil aspira ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, de modo a defender em melhores condições os interesses nacionais

¹As dimensões do sistema internacional são: bilateral (realizada por dois países distintos), plurilateral (realizada por pelo menos três países) e multilateral (escala global, ou seja, atores de praticamente todos os países do mundo) (GONÇALVES, 2016, p.29).

relacionados com a agenda global. Nesse contexto, o comando da UNIFIL coloca o Brasil em posição destacada no cenário político internacional e poderá trazer benefícios para o alcance desse objetivo.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), também denominado Itamaraty, é o órgão da administração pública federal responsável pelas relações do Brasil com os demais países e pela participação brasileira em organizações internacionais².

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa (MD) definem a forma com que as Forças Armadas serão utilizadas em operações de paz da ONU como instrumento da Política Externa Brasileira (PEB). No caso específico da UNIFIL, percebe-se que os interesses de ambos os órgãos governamentais têm coincidido: para o primeiro, projetar o país como agente internacional e, para o outro, propiciar oportunidade de participação da Marinha do Brasil em ações de treinamento no cenário internacional.

Nesse sentido, a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documentos de mais alto nível do Estado Brasileiro cuja produção é de responsabilidade do Ministério da Defesa, delineiam os fundamentos e os parâmetros da defesa no Brasil, incluindo, aspectos relacionados às operações de paz da ONU³.

Segundo o atual Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacelar Leal Ferreira, a participação da Marinha do Brasil na UNIFIL está plenamente alinhada com a missão da instituição: “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de

²Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 10 abr. 17.

³ Serão utilizadas neste trabalho as minutas da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), referentes ao planejamento dos assuntos de defesa nacional para o período de 2017 a 2020. As minutas foram encaminhadas para aprovação do Congresso Nacional, em novembro de 2016, em cumprimento ao previsto na Lei Complementar (LC) nº 97/1999, alterada pela LC nº 136/2010, e podem ser utilizadas em pesquisas acadêmicas, conforme descrito em slide na palestra ministrada pelo Ministro da Defesa, em março de 2017, na Escola Superior de Guerra para os estagiários do Curso Superior de Defesa (CSD).

quaisquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e **para o apoio à Política Externa**⁴”.

É importante destacar que o Poder Naval, quando adequadamente empregado, é um instrumento eficaz da política externa dos Estados, sendo capaz de influenciar a opinião pública dos atores envolvidos. Em operações de paz, possibilita a demonstração da capacidade militar do país⁵.

Por outro lado, especialistas em política internacional questionam se o Brasil, um país com poderes econômico e militar limitados, e que pontua sua política externa nos princípios de não intervenção e na resolução pacífica dos contenciosos, deve procurar maximizar sua inserção internacional por meio de participação em operações de paz.

Diante disso, esta tese tem o objetivo de analisar a contribuição da participação da Marinha do Brasil na Força Tarefa Marítima da UNIFIL para a Política Externa Brasileira, visando maior projeção no conserto das nações, em consonância com a aspiração do país de alcançar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A relevância dessa temática está na tentativa de preencher uma lacuna na literatura existente, pois há poucas publicações dedicadas ao assunto, que é geralmente limitado ao âmbito dos militares e dos diplomatas e, pouco discutido no meio acadêmico.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução, na qual se procura demonstrar a importância de conhecer a contribuição da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL para a Política Externa Brasileira.

No segundo capítulo serão analisadas as relações de poder entre os Estados, com suporte das teorias de política internacional realista e liberal, a fim de identificar de maneira empírica o poder efetivo do Brasil no sistema internacional, com o intuito de auxiliar na

⁴ Informação transmitida pelo Comandante da Marinha, por meio de slide, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 08 mar. 17 — **grifo nosso**.

⁵ Poder Naval — O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (BRASIL, 2014).

compreensão da estratégia da política externa brasileira de inserção internacional por meio da participação do País em operações de paz da ONU.

No terceiro capítulo será analisada a importância da participação em operações de paz da ONU para a política externa brasileira. Para tanto, serão identificadas as características das operações de paz, bem como os objetivos dos governos brasileiros em relação à participação do país nesse tipo de operação.

No quarto capítulo será analisada a relevância da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL como instrumento de política externa. Para isso, serão identificadas as características da missão desenvolvida pela Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL e a percepção de importantes teóricos, políticos, militares e diplomatas brasileiros sobre essa temática.

Finalmente, a tese será concluída com a apresentação dos resultados.

2 AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS ESTADOS E AS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Depois de uma breve introdução, busca-se analisar as relações de poder entre os Estados, com suporte das teorias de política internacional realista e liberal, a fim de identificar de maneira empírica o poder efetivo do Brasil no sistema internacional e, assim auxiliar na compreensão da estratégia da política externa brasileira por meio da participação do País em operações de paz da ONU.

Após o fim da Guerra Fria (1990), as guerras tornaram-se menos prováveis, mas os conflitos regionais e internos persistem e sempre haverá pressões para que outros Estados e instituições internacionais intervenham (NYE, 2009, p. 197).

No caso do Brasil, Patriota (2012) ressalta que, no atual sistema internacional, uma das maneiras de o País aumentar o perfil estratégico é desenvolver a expressão militar do poder e colocá-la à disposição dos esforços da comunidade internacional para resolver conflitos e salvaguardar os direitos humanos.

O Livro Branco de Defesa Nacional cita que as operações de paz da ONU são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Tais operações representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva⁶ (BRASIL, 2016b, p. 30).

Desde 1947, o Brasil participa de missões de paz da ONU, tendo já contribuído com mais de 51 mil militares e policiais, sejam nas funções de observadores ou compondo tropas. Integrou operações na África (Angola, Congo, Etiópia, Libéria, Moçambique,

⁶ Segurança coletiva é, sobretudo, uma segurança civil, uma segurança da dignidade da pessoa humana e que deve ser buscada pelo princípio da solidariedade entre todos os homens (SEINTENFUS, 2005, p. 182).

República Centro-Africana, Saara Ocidental, Senegal, Sudão, Sudão do Sul, Suez e Uganda/Ruanda), no Caribe e nas Américas Central e do Sul (Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Peru e República Dominicana), na Ásia (Camboja e Timor-Leste), na Oceania (Nova Guiné) e na Europa (Chipre, Croácia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Montenegro) e, mais recentemente, no Líbano, na UNIFIL (BRASIL, 2016b; FONTOURA, 1999).

A ONU, desde a sua criação, conduziu 71 operações de paz distribuídas por todos os continentes e mais de uma centena de países contribuiu de alguma maneira com a organização. No entanto, para melhor compreender as relações de poder entre os Estados no cenário das operações de paz, é importante trazer luz ao histórico da formação do sistema internacional moderno⁷.

2.1 Vertentes teóricas das relações de poder entre os Estados

Para Malešević (2012, p. 90-91), deve-se atentar para o fato de que os conflitos armados emergiram em todos os lugares nos últimos 10.000 anos do desenvolvimento humano, pois, antes disso, não havia condições estruturais para a guerra, tendo em vista que os humanos viviam isolados e eram nômades, não se fixavam em um local.

De fato, as remotas relações internacionais não eram sistematizadas, já que não havia uma política internacional efetiva. A composição e o sistema internacional como são dispostos na atualidade somente foram concebidos a partir da Paz de Westphalia, celebrada em 1648, que encerrou A Guerra de Trinta Anos na Europa, considerada a primeira guerra entre estados modernos (NYE, 2009, p. 3).

O Acordo de Paz de Westphalia é considerado pelos acadêmicos como o marco

⁷ Disponível em: <<http://www.un.org/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 17.

inicial do sistema internacional, que tem por características a existência de Estados territoriais modernos, soberanos, política e territorialmente constituídos. Esse acordo consolidou o sistema capitalista, lastreado, essencialmente, pelo acúmulo de riqueza e de poder⁸.

Há dois posicionamentos considerados precursores filosóficos das principais correntes teóricas da política internacional, o “*realista*”, de Thomas Hobbes, e o “*liberal ou liberalista*”, de John Locke.

Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês do século XVII, em uma Inglaterra abalada por uma guerra civil, chamou o sistema internacional de anárquico, porque não existe um governo superior para manter a ordem, e, utilizou o termo “estado da natureza” para definir a guerra de todos contra todos. Em consequência, o Estado nasce de um pacto entre os homens, o chamado “pacto social”, pois somente um Estado forte e autoritário com aqueles que transgridam a lei pode proporcionar a paz social e, por conseguinte, garantir as condições para a produção. Segundo Hobbes, os homens trocam sua liberdade natural pela proteção das leis do Estado (FREUND, 1995).

Meio século depois de Hobbes, John Locke (1632-1704), em uma Inglaterra mais estável, argumentou que, embora a um estado da natureza faltasse um governo superior, as pessoas podiam desenvolver laços de amizade e fazer contratos, e, portanto, a anarquia seria menos ameaçadora. Locke convalida a tese hobbesiana do pacto social, mas defende a ideia de “direitos naturais” por considerar que a fonte do poder está no consentimento dos homens, pois estes são mais predispostos à cooperação que ao conflito (NYE, 2009, p.4).

Em suma, o Estado é necessário para garantir a segurança das pessoas, entretanto enquanto houver estados haverá conflito entre esses estados. Por outro lado, Locke entende que o Estado deve criar as leis necessárias para funcionar como um mediador de conflitos, com a finalidade de pacificar as relações sociais. Para os liberais, a cooperação por meio de

⁸ Informação transmitida pelo Prof. Williams Gonçalves, da COPPEAD, em 06 jun. 17, na aula de Relações Internacionais do Curso de Política e Estratégia Marítimas – 2017 da Escola de Guerra Naval.

organismos supraestatais minimiza os conflitos entre os Estados⁹.

Qual a corrente teórica predominante? A liberal ou a realista? As constantes e rápidas mudanças da conjuntura política que caracterizam o sistema internacional atual impossibilitam uma resposta definitiva.

Ao estudar os conflitos armados, Malešević (2012) identifica, por meio de número de vítimas fatais de guerras, que a violência se tornou mais prevalente ao longo do desenvolvimento da humanidade. Estima-se que durante os séculos X e XI, 60 mil pessoas morreram em guerras. Porém, nos últimos 200 anos houve uma dramática escalada no número de mortos de guerra: mais de 19 milhões no século XIX e, decorrente em grande parte das duas grandes guerras mundiais, mais de 111 milhões somente no século XX.

Conforme pontua Seintenfus (2005, p. 172), o século XX foi marcado por vários horrores, pois além das guerras mundiais, houve genocídios inqualificados e utilização da bomba atômica contra seres humanos.

Nesse esteio, a ONU foi criada em 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, como uma tentativa de união entre Estados para promover a paz mundial e a segurança coletiva, por intermédio de um conjunto de imposições, sanções e regras. No entanto, a arquitetura jurídica da organização atribui, desde a sua concepção inicial, privilégios especiais na condução prioritária dos assuntos afetos a paz e a segurança internacionais às “Grandes Potências¹⁰” (FONTOURA, 1999, p. 26-49).

Hans J. Morgenthau, o mais importante teórico realista, pontua que a ONU, estruturada com três órgãos políticos: a Assembleia Geral (AGNU), composta por todos os países da organização; o Conselho de Segurança (CSNU), que atua como seu órgão executivo político; e o Secretariado, apresenta um afastamento em relação ao princípio de igual representação dos Estados, tanto na sua composição como nos seus procedimentos de

⁹ Idem.

¹⁰ Este autor considera nesta tese como “Grandes Potências”, EUA, China, França, Rússia e Reino Unido, os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança de ONU (CSNU).

votação. Nos termos do Artigo 27 da Carta das Nações Unidas, cada país membro do CSNU terá um voto, e as decisões sobre questões de segurança internacional serão tomadas por um voto afirmativo de 9 dentre os 15 membros. Todavia, os 5 membros permanentes do Conselho, também chamados de “Grandes Potências” têm predominância automática, pelo direito ao veto, sobre os 10 membros não permanentes, que são eleitos pela Assembleia Geral. Em consequência, a tendência da ONU em favor do governo pelas grandes potências é inequívoca e se manifesta, principalmente, por um dos mecanismos constitucionais da Carta das Nações Unidas: limitação a exigência de unanimidade somente para membros permanentes do CSNU (MORGENTHAU, 2003, p. 587).

Em concordância com Morgenthau, Seintenus (2005, p. 176) frisa que, além da injustiça de criar dois tipos de países membros, os que detêm o poder de veto e os que não possuem esse poder efetivo, ainda há outra inconsistência fundamental no âmbito da ONU, nenhuma decisão do CSNU poderá ser tomada contra um dos cinco membros permanentes, pois, caso um desses cinco ameace de alguma maneira a paz, ele, por óbvio, impedirá pelo direito ao veto que alguma solução contrária a seus interesses seja tomada pelo Conselho.

Diante disso, parece claro, conforme afirma Morgenthau (2003, p. 867-871), que o “governo internacional” das Nações Unidas passa a ser, portanto, idêntico ao governo dos cinco membros permanentes do CSNU, sendo que se um dos membros permanentes do conselho discordar de algum posicionamento não há, de fato, governo internacional das Nações Unidas.

Nesse sentido, para o Ministério da Defesa, o atual Conselho de Segurança da ONU tem uma estrutura que ainda reflete a realidade geopolítica ultrapassada do imediato pós-Segunda Guerra. A despeito das importantes transformações pelas quais o mundo passou, desde então, a estrutura do Conselho de Segurança foi alterada apenas uma vez: em 1965, com o aumento de assentos não permanentes de seis para dez. Regiões inteiras, como a África

e a América Latina e Caribe, continuam excluídas da participação permanente nesse centro decisório. O pleito do Brasil com relação à reforma abrangente do CSNU, em particular, responde a esse projeto inclusivo que motiva há décadas a política externa brasileira (BRASIL, 2016b, p. 30).

Em 2005, o governo brasileiro apresentou à Assembleia Geral da ONU uma proposta de reforma do Conselho e contou com o apoio dos outros integrantes do G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão), grupo de países que aspiram integrar o conselho na condição de membros permanentes. Porém, as reformas não avançaram. O receio da perda de poder pelos membros permanentes (EUA, China, Rússia, França e Reino Unido), as rivalidades regionais entre as potências e a discordância quanto aos termos da reforma mantêm o Conselho com a mesma conformação inicial (CERVO; BUENO, 2015, p. 541).

Para Raymond Aron, outro renomado teórico realista, a política internacional importa um choque constante de vontades, por estar constituída por relações entre estados soberanos, que pretendem determinar livremente sua conduta. Enquanto essas unidades não estão sujeitas a um governo comum, elas são rivais, pois cada uma é afetada pela ação das outras, e suspeita inevitavelmente de suas intenções (ARON, 2002, p. 100-152).

Seguindo o mesmo diapasão teórico, Mearsheimer (2007, p. 49), criador da teoria do realismo ofensivo, cita que o “**Dilema da Segurança**”, introduzido pela primeira vez em 1950 por John Herz, apresenta em sua essência a ideia de que as estratégias que um Estado põe em prática para aumentar a sua segurança geralmente diminuem a segurança de outros estados.

Por conseguinte, alargando o escopo da abordagem de Aron, Mearsheimer (2007, p. 20) argumenta que o objetivo principal de cada estado é maximizar a sua quota de poder mundial, buscando a sua segurança, o que significa conquistar poder de outros estados.

Analisando o assunto sob uma ótica diametralmente oposta, o liberalismo

clássico, a filosofia que dominou grande parte do pensamento britânico e americano do século XIX, chegou à polêmica conclusão de que os estados capitalistas tendem a ser pacíficos porque a guerra é ruim para os negócios. Richard Cobden, economista inglês, afirma que o livre-comércio aumenta o bem-estar dos cidadãos e pode poupar o mundo das guerras. Michael Doyle, um cientista político da Universidade de Columbia, destaca uma proposição positiva provavelmente derivada do liberalismo, a ideia de que uma democracia liberal não luta contra outras democracias liberais (NYE, 2009, p. 54-61).

Entretanto, as duas guerras mundiais e o fracasso da segurança coletiva no período entre guerras desacreditaram as teorias liberais. Porém, à medida que aumentava a interdependência econômica transnacional, no final da década de 1960 e na década de 1970, revitalizou-se o interesse pelas teorias liberais devido à adesão às três principais linhas do pensamento liberal:

— econômica – concentra-se no comércio, não porque impeça os estados de ir à guerra, mas o comércio oferece aos estados um meio de transformar sua posição por intermédio do crescimento econômico e não pelas conquistas militares;

— social – os contatos de pessoa a pessoa reduzem os conflitos por promover o entendimento, esses contatos entre indivíduos de países distintos ocorrem por meio de empresários, estudantes e turistas; e

— política – enfatiza o papel das instituições e da democracia, essa linha costuma ser chamada de “Neoliberalismo”. De acordo com o cientista político americano Robert Keohane, as instituições internacionais, deve-se incluir aqui a ONU, proporcionam informações e uma estrutura que molda as expectativas, permitindo às pessoas acreditarem que não haverá conflito. Tais instituições reduzem a agudez do dilema da segurança tendo em vista que proporcionam sensação de continuidade, oportunidade para reciprocidade, fluxo de informações, e, principalmente, meios legais para resolver conflitos (NYE, 2009, p. 55-57).

A questão central da análise conceitual e teórica sobre as relações dos Estados no sistema internacional tem como questão central o poder. Dessa forma, conforme alerta

Almino:

É importante reconhecer a importância da força e a realidade do poder nas relações internacionais. Mas somente um realismo ingênuo creia que tudo se decide pela força ou que o poder se funda unicamente nela [...]. Por outro lado, mesmo o idealismo radicalmente avesso ao emprego da força seria igualmente ingênuo se não reconhecesse que ela, em certos casos, é decisiva (ALMINO, 2002, p. 63).

2.2 Análise empírica do poder do Brasil no sistema internacional

“A política externa é um dos instrumentos com que os governos afetam o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso e dependência” (CERVO; BUENO, 2015, p. 14).

Nasser (2012, p. 225-234) afirma que o Brasil escolheu o multilateralismo como instrumento para projetar poder no plano internacional. Dessa forma, mais que a plataforma de política externa de um governo, parece que está em processo de formação, desde a década de 1990, uma visão de mundo sobre a inserção internacional do Brasil que se manifesta em diversos campos da diplomacia brasileira e da qual o modelo de participação em Operações de Paz da ONU é uma de suas vertentes. Essa visão preconiza que projeção de poder e solidariedade¹¹ são complementares no processo de construção do interesse nacional.

Em outro momento, o autor supracitado pontua que o Brasil, adotando uma postura mais alinhada com a teoria liberal, prefere encaminhar seus assuntos internacionais de forma colegiada com outros países por intermédio de organizações internacionais, com o selo do direito internacional, do que resolver de maneira bilateral. Enquanto o Brasil faz do

¹¹Solidariedade significa perceber que um homem de outro credo, de outra raça, de outra nacionalidade simplesmente como outro homem e saber que, quando um homem sofre, toda humanidade sofre (SEINTENFUS, 2005, p. 182).

multilateralismo um princípio básico em todos os foros da ONU, as grandes potências, em particular os EUA, alternam multilateralismo e unilateralismo, de acordo com as suas conveniências e com o tema a ser discutido¹².

Mearsheimer (2007, p. 51-62), criador da teoria realista ofensiva, defende que é essencial fazer a distinção entre poder potencial e poder efetivo. Segundo o realista, o poder potencial de um estado tem por base a dimensão total de sua população e o nível de sua riqueza, sendo esses dois ativos os principais alicerces do poder. O poder efetivo é, em última análise, o poder militar, medido em função das suas forças militares e de como se comparam com as forças militares de Estados rivais.

Todavia, o que não é medido não pode ser bem avaliado ou gerenciado. Nesse sentido, Reinaldo Gonçalves faz uma importante análise empírica sobre o poder dos Estados, no período de 1990 a 2014, fundamental para identificar a posição do Brasil no sistema internacional. Como citado no início deste capítulo, essa ferramenta analítica vai auxiliar a compreensão da estratégia da política externa brasileira de inserção internacional por meio da participação do País em operações de paz da ONU¹³.

Segundo Gonçalves (2016, p. 153), as relações entre os Estados dependem do poder do Estado. No sistema internacional, esse poder é relacional, ou seja, o poder de um Estado tem de ser analisado tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. O poder potencial do Estado sustenta-se em uma base material de poder, cujas variáveis são população, território e riqueza, bem como depende de variáveis subjetivas como influência, prestígio e projeção internacional, que podem derivar do poder econômico e do poderio militar. Essas premissas são a origem do conceito de *soft power* de Joseph Nye Jr (1991), que

¹² Informação transmitida pelo Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 22 mai. 17.

¹³ Reinaldo Gonçalves - Autor do livro *Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil* (2016). PhD em Economia pela *University of Reading* (Inglaterra, 1986) e professor da disciplina “Economia Política Internacional” do Curso de Política e Estratégia Marítimas — 2017 da Escola de Guerra Naval.

engloba a influência e a capacidade de atração, cooptação e obtenção do consentimento. Já o *hard power*, ou poder efetivo, engloba o poder potencial, o poder econômico, o poder tecnológico e o poder militar.

2.2.1 Metodologia

A investigação empírica do poder potencial e do poder efetivo dos países baseia-se em uma metodologia focada no cálculo de índices específicos. Esses índices são variáveis reduzidas que medem, para cada país, a diferença entre o desempenho deste país e o desempenho do país com o pior resultado como uma proporção entre a diferença entre o país com o melhor resultado e o país com o pior resultado.

$$\text{— A fórmula básica é a seguinte: } \textit{Índice} = \frac{X - X_{\min}}{X_{\max} - X_{\min}} \times 100$$

Sendo X o valor da variável para cada país, X_{\max} o maior valor da variável e X_{\min} o menor valor da variável. O índice varia de 0 a 100. Os índices são normalizados de forma que o país do painel com maior índice tem valor máximo 100. Quanto maior for o índice, maior é o poder. Cabe destacar que as variáveis utilizadas são muito sensíveis aos valores máximos e mínimos de cada conjunto de dados (GONÇALVES, 2016, p. 159).

2.2.2 Índice de Poder Potencial

O Índice de Poder Potencial (IPP) dos países é a média simples das seguintes variáveis: tamanho do território (ITT), medido em milhões de quilômetros quadrados; população (ITP) em milhões de habitantes; e tamanho da economia (ITR), expresso pelo Produto Interno Bruto (PIB) em milhões de dólares, calculado da seguinte maneira:

$$\text{IPP} = \frac{\text{ITT} + \text{ITP} + \text{ITR}}{3}$$

Os índices que compõem o IPP são calculados na base da hipótese de “retornos decrescentes”. À medida que aumenta, por exemplo, a população, o poder potencial não tende a crescer proporcionalmente. A base de dados inclui informações de 186 países, provenientes do Banco Mundial (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Os dados utilizados nesta tese referem-se às médias do período 2010-2014 (coincidente com os quatro primeiros anos da participação da Marinha do Brasil na UNIFIL)¹⁴ e compõem um painel com os 25 países com maiores índices. Esses países representam 80% do PIB, 70% da população e 65% do território mundial em 2015.

Em ordem decrescente do IPP, cujo valor está descrito entre parênteses, esses países são: 1- China (100), 2- Estados Unidos (96), 3- Índia (95), 4- Rússia (91) e 5- Brasil (90). Ou seja, Os Estados Unidos, a maior potência mundial, e os países que formam o BRIC¹⁵. Entre o 6º e o 10º lugares estão, respectivamente, 6- Indonésia (86), 7- México (84), 8- Canadá (84), 9- Japão (82) e 10- Irã (81). Os outros 15 países do painel Top 25 em ordem decrescente do IPP são: 11- Austrália (81), 12- Nigéria (81), 13- Alemanha (80), 14- Paquistão (80), 15- França (79), 16- Arábia Saudita (79), 17- Turquia (79), 18- Argentina (79), 19- Egito (79), 20- Reino Unido (77), 21- Itália (77), 22- Espanha (77), 23- Tailândia (77), 24- África do Sul e 25-Argélia (77).

Os países que fazem parte do grupo Top 5 com maior poder potencial – China, EUA, Rússia, Índia e Brasil - têm grande base de recursos territoriais, humanos e econômicos. A percepção acerca da especificidade do Brasil potência é confirmada pelo IPP, que coloca o Brasil como 5º maior poder potencial do mundo com 90 pontos. Esse índice empresta ao

¹⁴ Informação entre parênteses pertence ao autor da tese.

¹⁵ Bloco político de países emergentes formado em 2007 por potenciais grandes economias mundiais – Brasil, Rússia, Índia e China (CERVO; BUENO, 2015). A África do Sul foi admitida no grupo em 2014, que passou a ser denominado BRICS.

Brasil importante peso específico no cenário internacional em decorrência de uma elevada base material de poder (GONÇALVES, 2016, p. 160-165).

Mearsheimer (2007, p. 51-62), nesse mesmo viés, cita que as grandes potências têm tendência de reear estados com populações numerosas e economias em rápida expansão, mesmo que estes não tenham traduzido sua riqueza em poder militar.

2.2.3 Índice de Poder Efetivo (*Hard Power*)

Para o cálculo do índice de poder efetivo ou *hard power*, além do índice de poder potencial (IPP), inclui-se também o índice de poder econômico (IPEcon), o índice de poder militar (IPM) e o índice de poder tecnológico (IPTec). Por conseguinte, o Índice de Poder Efetivo (IPE) é calculado por meio da seguinte equação:

$$\mathbf{IPE = IPP + IPEcon + IPM + IPTec}$$
 (GONÇALVES, 2016, p. 163).

O IPEcon é calculado com a média simples de seis indicadores de vulnerabilidade econômica externa nas esferas comercial (comércio de bens e serviços), produtiva (atuação das empresas transnacionais e investimento externo direto), tecnológica (transferência de *know-how* e direito de propriedade intelectual) e financeira (fluxos de moedas, investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos), que expressam a capacidade, em razão inversa, de resistência das economias nacionais a pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos. A vulnerabilidade externa é multidimensional e abarca os custos da resistência aos efeitos negativos provocados por desequilíbrios de fluxos e estoques nas diferentes partes do sistema internacional. O IPEcon pode ser entendido como a probabilidade de um país exercer sua vontade no cenário internacional considerando sua situação de vulnerabilidade econômica. Os países Top 10 com maior IPEcon, por ordem decrescente são: 1- Alemanha (100), 2- Estados Unidos (96), 3- Japão (94), 4- China (92), 5- Itália (86), 6- França (85), 7-

Tailândia (77), 8- Argélia (72), 9- Irã (72) e 10- Espanha (69).

O Brasil aparece como país com menor IPEcon (30), ficando em 25º lugar no subperíodo 2010-2013. Esse fato expressa a vulnerabilidade econômica externa estrutural do país que tem baixa competitividade internacional no setor de serviços, grande dependência estrangeira na esfera produtiva devido à desnacionalização e alto grau de dependência ao financiamento externo (GONÇALVES, 2016, p. 170-173).

Corroborando com a ideia de Gonçalves, para Brigadão (2005, p. 230), o Brasil apresenta vulnerabilidade interna e fragilidade em solidificar alianças e inserções internacionais devido à enorme dependência de capital externo e à falta de solução para os problemas sociais.

Almino (2002, p. 54-55) observa que houve uma evolução nas posições brasileira e de outros países em desenvolvimento, que se tornaram mais pragmáticos no campo econômico ao reconhecerem que precisam influir na reorganização econômica mundial, por uma questão de sobrevivência dentro do sistema internacional.

O Índice de Poder Militar (IPM) é calculado a partir dos dados sobre gastos militares como proporção do Produto Interno Bruto no subperíodo 2010-2013. A fonte de dados é o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) (GONÇALVES, 2016, p. 167).

Esse índice apresenta algumas limitações de natureza metodológica por não quantificar meios militares convencionais disponíveis (aeronaves de combate, navios de guerra, carros de combate, armamento e munição), nem tampouco medir, de maneira específica, o poder nuclear dos países.

O Brasil, país sul-americano com melhor *ranking*, aparece em 9º lugar com IPM (6,2), atrás, respectivamente, por ordem decrescente de IPM, de: 1- Estados Unidos (100), 2- China (44,6), 3- Índia (23,2), 4- Rússia (19,5), 5- Arábia Saudita (17,8), 6- França (7,9), 7-

Reino Unido (7,7) e 8- Alemanha (6,3), e, à frente, respectivamente, de 10- Japão (6,1), 11- Irã (4,5), 12- Itália (4,5), 13- Turquia (3,9), 14- Paquistão (3,1), 15- Argélia (2,7), 16- Indonésia (2,1), 17- Austrália (2,0), 18- Canadá (1,8), 19- Egito (1,6), 20- Espanha (1,6), 21- Tailândia (1,4), 22- México (1,1), 23- Argentina (0,6), 24- África do Sul (0,6) e 25- Nigéria (sem valor descrito) (GONÇALVES, 2016, p. 168)¹⁶.

De acordo com o estudo do SIPRI, o Brasil figura como 11º maior orçamento militar do mundo, no período de 2010-2013, superando países como Coreia do Sul e Austrália e atingindo quase o dobro das despesas militares de Israel.

Entretanto, mais de 73% do orçamento de defesa brasileiro, considerando a média do mesmo período (2010-2013), destinaram-se a despesas com pessoal, como aponta o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2016b, p. 168). A título de comparação, para o mesmo período considerado, os Estados Unidos da América (EUA) despenderam, em média, 36,55% do seu orçamento militar com gastos de pessoal; o Reino Unido, 37,49%; França 48,83% e Alemanha, 51,35% (OTAN, 2017).

O IPM, ao não considerar tais assimetrias, acaba por atribuir peso desproporcionalmente grande ao poder militar brasileiro. O peso da parcela de pessoal no orçamento militar do Brasil limita os créditos destinados à manutenção da capacidade operativa e ao adestramento, bem como aos investimentos em inovação e aquisição de novos meios e sistemas. Esta distorção fica patente, por exemplo, ao se comparar os gastos militares do Brasil com os do Canadá, para o mesmo período de 2010 a 2013. Enquanto o orçamento total brasileiro foi, em média, de US\$ 34.450,25 Mi, o canadense ficou em US\$ 19.736,25 Mi (57,3% do brasileiro). Como, no entanto, as despesas com pessoal representaram apenas 48,5% do orçamento de defesa canadense, naquele período, o Canadá pôde destinar, em média, US\$ 10.180,81 Mi para despesas de custeio e investimento na área militar, ao passo

¹⁶ O Brasil é considerado por este autor como potência militar média, baseado no 9º lugar no *ranking* do Índice de Poder Militar.

que o Brasil dispôs, também na média, de US\$ 9.269,92 Mi para essas mesmas metas (OTAN, 2017; BRASIL, 2016b).

Ressalta-se que o EUA, país com melhor posição no *ranking* de IPM, possui índice mais que duas vezes maior em relação à China, 2ª colocada neste mesmo *ranking*, apontando para uma assimetria de poder militar do país hegemônico em relação aos demais países pesquisados.

Nesse sentido, Mearsheimer (2007, p. 21) argumenta que o objetivo finalístico das “Grandes Potências” é serem o estado hegemônico ou *hegemon*, ou seja, a única grande potência no sistema em virtude das seguintes características do sistema internacional: ausência de uma autoridade central que esteja acima dos estados e seja capaz de proteger uns dos outros; o fato de os estados possuírem sempre alguma capacidade militar ofensiva; e o fato de os estados nunca poderem estar seguros em relação às intenções de outro estado.

O Índice de Poder Tecnológico (IPTec) é baseado no *Global Innovation Index* (GII) calculado por INSEAD, Universidade de Cornell e a Organização Mundial de Propriedade Mundial (WIPO) – uma agência especializada da ONU. O IPTec é referente ao ano de 2014, já que não havia à época da pesquisa uma série mais longa calculada pelas instituições supra-descritas, engloba 143 países e possui 81 indicadores para analisar tendências de inovação global¹⁷.

Os Top 10, por ordem decrescente de posição de IPTec são: 1- Reino Unido (100), 2- Estados Unidos (96), 3- Canadá (90), 4- Alemanha (90), 5- Austrália (88), 6- França (84), 7- Japão (84), 8- Espanha (79), 9- China (75) e 10- Itália (73). Os países da América do Sul ocupam posições intermediárias neste *ranking*, Brasil (16ª) e Argentina (18ª) (GONÇALVES, 2016, p. 169)¹⁸.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.globalinnovationindex.org/userfiles/file/reportpdf/gii-2014-v5.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 17.

¹⁸ O Brasil é considerado por este autor como potência tecnológica média, baseado no 16º lugar no *ranking* do Índice de Poder Tecnológico.

Por fim, após análise sobre os índices que compõem o Índice de Poder Efetivo (IPE), quais sejam, Índice de Poder Potencial (IPP), Índice de poder Econômico (IPEcon), Índice de Poder Militar (IPM) e Índice de poder Tecnológico (IPTec), a posição dos países por ordem decrescente no *ranking* do IPE, também denominado *Hard Power*, no período 2010-2013, foi a seguinte: 1- Estados Unidos (100), 2- China (81), 3- Alemanha (71), 4- Japão (69), 5- França (66), 6- Reino Unido (63), 7- Itália (62), 8- Índia (60), 9- Canadá (59), 10- Espanha (59), 11- Arábia Saudita (58), 12- Tailândia (57), 13- Rússia (56), 14- Turquia (53), 15- Austrália (52), 16- Irã (50), 17- Indonésia (50), 18- México (50), 19- África do Sul (50), 20- Argélia (50), 21- Argentina (49), 22- Paquistão (48), 23- Brasil (48), 24- Egito (44) e 25- Nigéria (43). Os Estados Unidos têm, portanto, poder potencial, poder econômico, poder militar e poder tecnológico que resultam no mais alto nível de poder efetivo.

Verifica-se que os cinco países membros permanentes do CSNU, Estados Unidos, China, França, Reino Unido e Rússia estão em posição de destaque no *ranking* de IPE (GONÇALVES, 2016, p. 169).

Os países da América do Sul ocupam posições relativamente baixas, Argentina (21^a) e Brasil (23^a). Consequentemente, dificilmente o Brasil se qualifica como candidato natural à liderança no contexto da ONU. Segundo o critério de poder efetivo, caso o número de membros permanentes do CSNU fosse duplicado de 5 para 10, significaria incorporar os três membros do G4 (Alemanha, Japão e Índia), a exceção do Brasil, além de Itália e Canadá.

2.2.4 Índice de *Soft Power*

O *Soft Power*, ou capacidade de influência e cooptação dos Estados, calculado por duas empresas britânicas de consultoria – Portland e ComRes – para um painel com 30 países referente ao ano de 2015, apontou os países Top 10 no *ranking* de *soft power*, por ordem

decrecente de posição: 1- Reino Unido (100), 2- Alemanha (98), 3- Estados Unidos (97), 4- França (97), 5- Canadá (95), 6- Austrália (91), 7- Suíça (89), 8- Japão (88), 9- Suécia (88) e 10- Holanda (86). Esse cálculo tomou por base 60 indicadores nas áreas de cultura (influência da língua), educação (quantidade de universidades de ponta), comprometimento (número de participações em organizações internacionais), comportamento digital (acesso à Internet), empreendedorismo (número de patentes) e governo (eficácia, governança do setor público). Entre os Top 10, desperta destaque que Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, França e Japão estão nas seis primeiras posições no *ranking* do índice de *hard power* descrito na página anterior. Portanto o elevado *soft power* reforça o grande *hard power* desse conjunto de países (GONÇALVES, 2016, p. 180).

O Brasil ocupa a 23ª posição, com Índice de Soft Power (62). Destaca-se como único país sul-americano constante da lista dos Top 30, o que demonstra condição de fazer a ponte entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, ou seja, intermediar os dois grupos, além disso, pode prestar solidariedade internacional por ter capacidade superior tanto de *hard power* como de *soft power*, em relação à maioria dos países em desenvolvimento.

Percebe-se, após essa análise empírica, que o Brasil longe de ser uma potência hegemônica, não tem condições estruturais para disputar o lugar que ocupam as “Grandes Potências”. Por outro lado, o Brasil, pode maximizar seu alcance internacional a partir de análises conjunturais do sistema. A estratégia de inserção internacional do país por meio de alianças está latente na formação de grupos como o Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) e o G20 (Grupo dos 20 no âmbito do sistema financeiro internacional).

Nasser (2012, p. 225) enfatiza que para a diplomacia brasileira, o interesse nacional não está sustentado pela sobrevivência como unidade política ou de equilíbrio de

poder. O clima de relativa paz internacional do continente sul-americano, a ausência de ambições territoriais, a tradição diplomática pacífica e a característica não belicista da sociedade brasileira, concorrem para moldar uma atitude internacional não confrontacionista.

Por outro lado, Amorim (2015, p. 10) destaca que nenhum país se firma no mundo somente pela atração de sua cultura e de seus hábitos. E há situações em que o *soft power* por si só não é suficiente para prevenir conflitos que afetem a soberania nacional. Por isso, ao mesmo tempo em que se deve cultivar e exercitar o *soft power*, este precisa ser reforçado pelo *hard power*, capaz de dissuadir ameaças e de tornar a colaboração com países vizinhos e parceiros, em matéria de defesa, uma realidade.

Sob esse diapasão, pode-se afirmar que a participação do Brasil nas missões internacionais de paz é um instrumento político, dentre outros, à disposição do Governo, para aumentar a projeção de poder do país no centro decisório do sistema internacional.

Naturalmente, a metodologia e os indicadores apresentados nesse estudo empírico de poder revelam-se como exercícios que dão uma ideia aproximada da realidade, visto que apresentam limitações conceituais, metodológicas e empíricas. Todavia, tais indicadores tornam mais tangíveis algumas questões de grande importância para a compreensão da opção do Brasil de inserção no cenário internacional por meio de participação em operações de paz da ONU.

2.3 Síntese e conclusões

O sistema internacional é anárquico, ou seja, caracterizado pela não existência de um governo central que determine as regras de governança globais.

Seja qual for a forma de governo, os realistas afirmam que a posição de um Estado no sistema internacional prediz suas políticas externas, sendo a guerra e o uso da força

os problemas centrais da política internacional. Os liberais sustentam que uma sociedade que valoriza a prosperidade econômica, os contatos entre as pessoas e as instituições internacionais, ou que considera ilegítimas as guerras contra outras democracias, oferece expectativas estáveis de continuidade de paz (NYE, 2009, p. 61).

A ONU foi criada na tentativa de manter a paz e a segurança coletiva, entretanto desde a sua criação, o poder dentro da organização é dividido entre os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança, na medida em que qualquer decisão do conselho exige a unanimidade de votos desses países membros. Com isso, o poder da ONU é idêntico ao poder das “Grandes Potências”.

O Brasil, no atual sistema internacional, possui elevado poder potencial e baixo poder efetivo (*hard power*), no entanto, destaca-se por apresentar melhor índice de *soft power* no âmbito dos países da América do Sul. Tal fato, em teoria, pode capacitar o país para fazer a interlocução entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em questões globais, tais como: segurança internacional, meio-ambiente, desarmamento, direitos humanos e comércio mundial.

Nesse ponto, interessa observar a questão do interesse histórico do Brasil em ingressar no CSNU, a fim de poder sugerir a inclusão de temas estratégicos na agenda internacional e controlar de maneira efetiva assuntos de interesse nacional no concerto das nações, ou seja, fazer parte no pequeno grupo de cinco países que há mais de 70 anos detém, de direito, o poder mundial.

Oliveira (2005, p.4) define, de maneira apropriada, que “o sistema internacional pode ser interpretado como o padrão de relacionamento entre os Estados, em um determinado momento, padrão este derivado, estruturalmente, da definição do poder internacional dentro desse período histórico”.

3 OPERAÇÕES DE PAZ E POLÍTICA EXTERNA

A partir deste ponto, será analisada a importância da participação do Brasil em operações de paz da ONU como instrumento de inserção do país no cenário internacional. Para tanto, inicialmente, serão identificadas características e princípios das operações de paz, bem como o posicionamento político-estratégico do Ministério da Defesa em relação ao tema. Em seguida, serão identificadas estratégias dos governos brasileiros, desde a criação da ONU, no tocante à segurança internacional.

3.1 As Operações de Paz da ONU

Atualmente, há mais de 112.000 profissionais, dentre os quais, militares das forças armadas, policiais e funcionários da ONU, pertencentes a 128 países distintos, atuando nas 16 operações de paz ativas, que se encontram distribuídas pelo mundo da seguinte maneira: nove na África, uma na América Central, três no Oriente Médio, incluindo aqui a UNIFIL, duas na Europa e uma na Ásia¹⁹.

O ONU destaca que as operações de paz têm demonstrado ser uma das ferramentas mais eficazes à disposição das Nações Unidas para ajudar os países a trilhar o difícil caminho do conflito para a paz por apresentar importantes pontos positivos, como a legitimidade, a divisão de encargos e a capacidade de implantar e manter pessoal militar e policial em qualquer lugar do mundo, integrando-se com os funcionários civis, para promover o cumprimento dos mandatos multidimensionais. Além disso, traz o necessário apoio político para a construção da paz, no sentido de ajudar os países a fazer a difícil transição inicial de uma situação de conflito para a de paz²⁰.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.un.org/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 17.

²⁰ Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 17.

Fontoura (1999, p. 101-103), nesse sentido, pontua que é responsabilidade do Conselho de Segurança (CSNU), de acordo com o artigo 29 da Carta da ONU, criar as operações de paz e referendar a Resolução que delineará o escopo político e operacional das ações dos profissionais que compuserem o efetivo da operação. Entretanto, prossegue Fontoura (1999, p. 66-67), o estabelecimento de operações de paz não se fundamenta em dispositivos descritos explicitamente na Carta da ONU. Aqui se verifica um paradoxo, pois, tais operações não se enquadram estritamente no Capítulo VI (Solução pacífica das controvérsias) e tampouco no Capítulo VII da Carta (Ação, relativa a ameaças à paz, rupturas da paz e atos de agressão). Entretanto a ativação de uma operação de paz pelo Conselho de Segurança tem como condição precípua a existência de ameaça real à paz e à segurança internacionais.

Em paralelo, Aguilar (2005, p. 20) explica que a ONU possui em sua organização interna um Departamento de Operações de Manutenção da Paz (*Department of Peacekeeping Operations* – DPKO), subordinado ao Conselho de Segurança, que gerencia, orienta, formula políticas e procedimentos relativos às operações de paz. Esse departamento é também o responsável pelo provimento de pessoal e material, pelo desenvolvimento de metodologias e planos operacionais, planejamentos emergenciais, controle dos fundos orçamentários, apoio administrativo e logístico, ligação com os estados membros e as demais agências da ONU, e manutenção do contato com as partes envolvidas nos conflitos relativos às operações.

Entretanto, os custos das operações de paz precisam ser financiados. Desde 1973, após processo conduzido pelo Brasil, a ONU adotou uma escala de contribuições baseada no poder de cada Estado. Os recursos aprovados pela Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução A/c.5/50/24, a fim de financiar as operações de paz, para o período compreendido entre 01 de julho de 2016 a 31 de julho de 2017 totalizam U\$\$ 7,87 bilhões²¹. Em 2017,

²¹ Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/C.5/70/24>>. Acesso em: 12 jul. 17.

estima-se que os países membros permanentes do CSNU irão financiar 54,77% dos recursos destinados às operações de paz. O Brasil tem previsão de contribuir com modestos 0,76% do montante total previsto para este ano²².

Nesse sentido, parece claro que o poder dentro da ONU é de alguma maneira precificado. Por conseguinte, para alcançar a condição de membro permanente do CSNU é necessário que o país, dentre outras ações, adote políticas públicas eficazes, no sentido de incrementar o poder econômico e o poder militar.

De certo, um assento permanente no CSNU iria exigir do Brasil contribuições financeiras mais vultosas para a organização. A questão que normalmente brota no seio da sociedade em relação a essa temática é a seguinte: os custos compensam os ganhos em termos de projeção de poder? Mearsheimer (2007, p. 51) elucida que os estados limitam por vezes seus gastos com defesa ou porque gastar mais não traria nenhuma vantagem estratégica ou porque enfraqueceria a economia e, em longo prazo, o poder do estado.

Outra importante questão é a disposição de cada país em disponibilizar contingente para atuar nas operações de paz. Segundo o DPKO, entre os 10 países que contribuem com pessoal para as operações de paz, quadro referente a 31 de maio de 2017, por ordem decrescente de posição, estão os seguintes: 1- Etiópia (8.229), 2- Índia (7.665), 3- Paquistão (7.135), 4- Bangladesh (6.958), 5- Ruanda (6.256), 6- Nepal (5.158), 7- Burkina Faso (2.969), 8- Senegal (2.969), 9- Gana (2.951) e 10- Indonésia (2.719). O Brasil, país sul-americano melhor colocado, ocupa a 18ª posição contribuindo com 1.277 profissionais²³.

Fica claro que os países em desenvolvimento ocupam as primeiras posições dentre os maiores contribuintes com pessoal. Por outro lado, os quatro países membros permanentes do CSNU, China, Rússia, França e Reino Unido, contribuem juntos com 4.119 pessoas, ou, metade do número de profissionais disponibilizados pela Etiópia. Os EUA, país hegemônico

²² Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/70/331/add.1>>. Acesso em: 12 jul. 17.

²³ Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_2.pdf>. Acesso em: 12 jul. 17.

do sistema internacional, não contribuem com profissionais para operações de paz.

3.1.1 Conceitos e elementos fundamentais

Os objetivos atuais das operações de paz não são de apenas manter a paz e a segurança, mas também facilitar os processos políticos, proteger os civis, ajudar no desarmamento, na desmobilização e reintegração de ex-combatentes; apoiar a organização de processos eleitorais, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o Estado de direito. Na tentativa de manter a paz mundial, a ONU utiliza-se de vários instrumentos de acordo com o tipo de conflito que se apresenta:

Diplomacia Preventiva (*Preventive Diplomacy*) — envolve medidas diplomáticas para gerir tensões e disputas intra-estaduais ou interestaduais e impedi-las de se transformar em conflitos violentos. Abrangem o alerta precoce, a coleta de informação e a análise cuidadosa dos fatores que causam o conflito. Essas atividades de prevenção de conflitos também podem incluir a intermediação do Secretário-Geral, o destacamento preventivo das missões das Nações Unidas ou mediação de conflitos liderados pelo Departamento de Assuntos Políticos.

Estabelecimento da Paz (*Peace-Making*) — inclui medidas para resolver os conflitos em curso e, geralmente, envolve ação diplomática para garantir que as partes em conflito cheguem a uma solução negociada. O Secretário-Geral poderá usar a intermediação para facilitar a resolução do conflito e também pode ser enviado na qualidade de pacificador a Governos, grupos de Estados, representantes de organizações regionais ou das Nações Unidas.

Manutenção da Paz (*Peacekeeping*) — consiste no emprego de militares, policiais e civis para auxiliar na implementação de acordos de cessação das hostilidades. É realizado

com o consentimento das partes envolvidas no conflito e pauta pela imparcialidade de suas ações. As Forças Internacionais utilizam-se da força apenas para sua autodefesa.

Imposição da Paz (*Peace-Enforcement*) — envolve a aplicação de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso da força militar, não sendo necessário o consentimento das partes envolvidas. A expressa autorização do Conselho de Segurança é necessária. É usada para restaurar a paz e a segurança internacionais em situações em que o Conselho de Segurança decidiu agir contra uma ameaça ou ruptura da paz ou ato de agressão. O Conselho pode se necessário, recorrer a organizações regionais para aplicar medidas coercitivas, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Consolidação da Paz (*Peace-Building*) — tem como objetivo reduzir o risco de que um conflito ocorra ou que volte a ocorrer mediante o fortalecimento das capacidades nacionais em todos os níveis da gestão dos conflitos, assim como lança as bases para a paz e o desenvolvimento sustentável. É um processo complexo de longo prazo para criar as condições necessárias para uma paz sustentável²⁴.

A prevenção de conflitos e o estabelecimento, a consolidação e a imposição de paz raramente ocorrem de forma linear ou sequencialmente. A experiência tem mostrado que devem ser vistos como processos que se reforçam mutuamente. Se implementados de forma fragmentada ou isolada, não oferecem a abordagem abrangente necessária para resolver as causas profundas do conflito e, conseqüentemente, para reduzir o risco que se repitam²⁵.

O Brasil, alinhado com os preceitos da ONU, tem sustentado que as operações de paz devem apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. O equilíbrio entre esses elementos é uma das prioridades brasileiras, tanto no debate conceitual que resulta na elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema quanto na atuação das forças brasileiras nessas missões (BRASIL, 2016b,

²⁴ Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/peace.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 17.

²⁵ Idem.

p. 27-28).

3.1.2 Princípios

As operações de paz são regidas por três princípios básicos que estão inter-relacionados:

Consentimento — As operações de paz são implantadas com o consentimento das principais partes envolvidas no conflito. Isso exige que as partes assumam um compromisso de avançar para um processo político. O consentimento garante às Nações Unidas a liberdade de agir politicamente para desempenhar as tarefas do seu mandato. Sem o consentimento, a missão de manutenção da paz corre o risco de fazer parte do conflito, e ser obrigada a aplicar medidas de imposição da paz, distanciando-se de sua função original.

Imparcialidade — Essencial para manter o consentimento e a cooperação das partes em conflito, mas não deve ser confundida com neutralidade ou passividade. As forças de paz devem ser imparciais em suas relações com as partes em conflito, mas não neutras na execução do seu mandato.

Não uso da força — As *Peacekeeping* não são um instrumento para impor a paz. No entanto, podem usar a força no nível tático, com a autorização do Conselho de Segurança para agir em autodefesa ou defesa do mandato, particularmente em situações em que o Estado é incapaz de garantir a segurança e manter a ordem pública²⁶.

Em certas situações instáveis, o Conselho de Segurança deu às missões de manutenção da paz um mandato "robusto" que autorizou "usar todos os meios necessários" para impedir tentativas de interromper o processo político pela força, proteger civis de iminente ameaça de agressão física e ajudar as autoridades nacionais a manter a ordem

²⁶ Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/principles.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 17.

pública²⁷.

Embora possam parecer semelhantes na base, manter a paz robusta não deve ser confundido com a imposição da paz, conforme previsto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A manutenção da paz robusta envolve o uso da força no nível tático, com a autorização do Conselho de Segurança e o consentimento do país anfitrião ou das partes principais do conflito. De outro modo, a imposição da paz não requer o consentimento das partes principais e pode envolver o uso da força militar para nível estratégico ou internacional, que é normalmente proibido aos Estados-Membros nos termos do Artigo 2, Parágrafo 4, da Carta, exceto com a autorização expressa do Conselho de Segurança²⁸.

Uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas deve usar a força apenas como último recurso. O uso sempre deve ser proporcional e adequado, aplicando o princípio da força mínima necessária para alcançar o efeito desejado, e mantendo o consentimento para a missão e mandato. O uso da força em uma operação *Peacekeeping* tem importantes consequências políticas e muitas vezes podem levar a circunstâncias imprevistas. As decisões sobre o uso da força devem ser tomadas ao nível apropriado dentro de uma missão com base em uma combinação de fatores, incluindo a capacidade da missão, a percepção pública, o impacto humanitário, a proteção da força, o efeito que a ação terá sobre o consentimento nacional e o local da missão²⁹.

3.1.3 Embasamento legal para a participação do Brasil em operações de paz

A Lei nº 2953/1956 determina que o envio de contingente militar ao exterior sem uma declaração de guerra só poderá ser realizado com o consentimento do Congresso Nacional. A Lei Complementar (LC) nº 97/1999 estabelece as normas gerais para a

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, sendo, posteriormente, atualizada pela LC n° 117/2004 e, mais tarde, pela LC n° 136/2010 que reestrutura o Ministério da Defesa e cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), concedendo-lhe competência para assessorar quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz. Assim, fica estabelecida uma relação de subordinação entre o comandante do contingente enviado para uma missão de paz, como a UNIFIL, e o Ministério da Defesa³⁰.

A Política Nacional de Defesa, documento de mais alto nível do país em questões de defesa, estabelece dois Objetivos Nacionais de Defesa (OND) vinculados às relações internacionais, entre eles, contribuir para a paz e a segurança internacional e para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2016c).

A Estratégia Nacional de Defesa, por sua vez, foi criada no intuito de orientar os segmentos do Estado brasileiro quanto aos procedimentos para alcançar os Objetivos Nacionais de Defesa definidos na PND. Entretanto, a END apresenta importante fragilidade, pois, apesar de definir a ampliação da participação do Brasil em operações de paz, explicitamente, como política de Estado, não discrimina ali um critério concreto para comprometer o Brasil nesse tipo de operação (BRASIL, 2016a).

Por outro lado, a END ao estabelecer a intenção de incrementar o treinamento e a participação das Forças Armadas em operações internacionais em apoio à política externa, com ênfase nas operações de paz, integrando Forças da ONU, não descarta ganhos colaterais tais como a oportunidade de qualificação e treinamento das tropas por meio de situações, por vezes, reais de conflito e mesmo a elevação do moral dos militares brasileiros.

Dessa forma, evidencia-se que para o Estado brasileiro a participação em operações de paz tem duas finalidades, uma principal, de utilizar as Forças Armadas em apoio

³⁰A Lei n° 2953/156, bem como as Leis Complementares n° 97/99, n° 117/2004 e 136/2010 constam das referências desta tese.

à política externa como instrumento de inserção do país no cenário internacional, e outra secundária, de adestramento da tropa.

O LBDN destaca que as operações de paz são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito. O Brasil, signatário da ONU desde a criação da organização, procura estar alinhado legalmente aos conceitos e princípios estabelecidos pelo CSNU no tocante à participação em operações de paz (BRASIL, 2016b).

3.2 A política externa brasileira e as operações de paz da ONU

Segundo o Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, política externa pode ser definida como “uma política pública que tem um conceito amplo, incluindo todos os tipos de contatos, planejados ou não, de governos específicos com outro ator fora de suas fronteiras, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas³¹”.

Deve-se registrar que, para Aguilar (2005, p. 48), a participação ativa em operações de paz auxilia para a projeção de poder do Brasil no contexto internacional, atuando como força motriz da política externa brasileira quanto à solução pacífica de conflitos, além de fortalecer laços de confiança com países aliados. Em adição, propicia a criação de uma doutrina militar brasileira de emprego em Força Internacional de Paz, em decorrência da rica troca de experiências com profissionais de forças armadas de outros países.

É fato que o Brasil não possui documento formal que descreva os objetivos da

³¹Informação transmitida pelo Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 22 mai. 17.

política externa nacional. Por conseguinte, a política externa brasileira é tornada concreta por intermédio das ações de governos específicos no âmbito internacional³².

Diante disso, é importante identificar as ações dos governos brasileiros no tocante à segurança internacional, desde a criação da ONU.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, com a subsequente criação da ONU, o sistema internacional fica marcado pela bipolaridade EUA - União Soviética e sua decorrente confrontação político-ideológica. No imediato pós-guerra, o Brasil ficou sob a influência da hegemonia norte-americana nos aspectos político, econômico e cultural. Um dos marcos do alinhamento do Brasil ao bloco de poder liderado pelos EUA, no contexto da Guerra Fria, foi o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, que integra o sistema interamericano ao sistema mundial e prevê mecanismos de manutenção da paz e segurança no hemisfério (CERVO; BUENO, 2015, p. 289-291).

O multilateralismo e o universalismo são duas diretrizes modernas de ações da Política Externa Brasileira que passam a se conformar, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, por razões históricas em decorrência da descolonização afro-asiática ocorrida na década de 1960, quando houve incremento no número de países integrantes da ONU de 51 para os atuais 193. Tais diretrizes traduzem a intenção manifesta da diplomacia brasileira de manter relações com todos os países do mundo no seu sistema de relações exteriores, sem exclusões. Com isso não há inimizades pré-definidas com outros países. Todavia, nem todos os governos brasileiros aderiram de forma positiva a essas duas diretrizes com o mesmo entusiasmo³³.

A partir da presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), sob a ótica de

³²Informação transmitida pelo Prof. Williams Gonçalves, da COPPEAD, em 08 jul. 17, na aula de Relações Internacionais do Curso de Política e Estratégia Marítimas — 2017 da Escola de Guerra Naval.

³³Informação transmitida pelo Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 22 maio 17.

Cervo e Bueno (2015), a política externa brasileira ganhou notoriedade nos planos externo e interno. No campo das operações de paz, destaca-se o envio do Batalhão Suez, consubstanciando a primeira participação brasileira na Força Expedicionária das Nações Unidas, criada pela I Assembleia Especial da ONU, em 1956, para atuar na Faixa de Gaza.

A tentativa de projeção no cenário internacional continuou nos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). O Brasil manteve o Batalhão Suez operando no Oriente Médio e enviou militares da Força Aérea ao Congo e observadores militares para a missão da ONU na Nova Guiné Ocidental (AGUILAR, 2002, p. 401).

No período dos governos militares (1964-1985), observam-se elementos de política nacionalista, notadamente no Governo Geisel quando o Brasil firmou com a Alemanha o Acordo Nuclear de 1975, rompendo o acordo que outrora havia estabelecido com os EUA em relação a este tema. Aliado a isso, a política autônoma do Presidente Geisel estabelece relações com a China comunista, consolidando uma postura autônoma nos foros internacionais em relação aos grandes temas da agenda mundial. Apesar das variações entre cada governo, a política externa dos governos militares buscou uma maior inserção do país no sistema mundial (CERVO; BUENO, 2015, p. 439).

Entre 1967 e 1988, Aguilar (2002, p. 405) descreve que a ONU implementou apenas três missões de paz, que disseram respeito aos conflitos árabe-israelense. Logicamente não houve uma diminuição dos conflitos no mundo, mas a estrutura da ONU impediu uma ação mais ativa da organização. A questão do veto, que, conforme anteriormente citado, tem por objetivo assegurar que nenhuma ação coletiva seja implementada sem o voto positivo dos cinco membros permanentes do CSNU, paralisou a organização. Fontoura (1999, p. 55) cita que um artigo publicado na revista *The World Today* ressalta que o veto foi utilizado 242 vezes no período de 1946 a 1986, quase que inviabilizando o emprego de operações de paz.

No entanto, no início da década de 1990, o capitalismo vence o socialismo

soviético, iniciando o processo conhecido por “globalização” ou “mundialização”. Três fatores contribuíram para a nova ordem nas relações entre os Estados: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos. Em decorrência, formaram-se blocos econômicos e se estabeleceu uma nova assimetria de poder entre os Estados desenvolvidos e em desenvolvimento (CERVO; BUENO, 2015, p. 487).

No governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), intencionava-se inserir o país no então chamado “primeiro mundo”, especialmente no campo das relações comerciais, sem abandonar a sinergia regional. O Mercosul foi criado em 1991 por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o objetivo estratégico de integrar o cone sul do ponto de vista econômico e político. No governo Collor o país atuou em três das sete missões de paz estabelecidas pela ONU, em El Salvador, Angola e na ex-Iugoslávia (AGUILAR, 2002, p. 408).

O governo de Itamar Franco (1992-1994) propôs que uma agenda para o desenvolvimento fosse somada à agenda para a paz e iniciou uma campanha por um lugar permanente no CSNU. Procurou uma aproximação com as ex-colônias portuguesas com a proposta de criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, além de uma participação mais ativa no processo de pacificação de países africanos, mais especificamente, Angola e Moçambique. No Governo Itamar, também, o Brasil participou de cinco das onze missões de paz implementadas pela ONU (AGUILAR, 2002, p. 408).

O Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assumiu o país utilizando a filosofia política do neoliberalismo, com as seguintes ações: instrumentaliza a política externa brasileira para a estabilização macroeconômica do país e controle da inflação; faz da diplomacia presidencial um método para o consolidar o Brasil no mundo, com um enfoque de participação, e não de distanciamento das tradicionais grandes potências; e consolida a adesão do país aos regimes normativos internacionais, ou seja, ao conjunto de regras que conformam

a maneira como a comunidade internacional escolhe se conduzir em relação a importantes temas relativos a desarmamento nuclear, combate ao terrorismo, meio ambiente e direitos humanos³⁴.

O Brasil participou ativamente das missões de paz da ONU durante o Governo Fernando Henrique. Em março de 1997, o país era o oitavo efetivo empregado pela ONU nas missões de paz em andamento, com um contingente de 1.014 profissionais. Merece destaque o período entre 1998 e 1999, no qual o Brasil participou de forma atuante como membro não permanente do CSNU, onde liderou a aprovação da resolução sobre a Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear (AGUILAR, 2002, p. 409-410).

Sob a ótica de Cervo e Bueno (2015, p. 528), a política externa do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) preserva valores como a vocação industrial e a harmonização entre Estado e sociedade, além de incentivar a participação em órgãos de negociação multilateral. Silva e Kunrath (2010, p. 19) identificam como importantes diretrizes do governo Lula a expansão das relações diplomáticas pelo mundo, buscando novas formas de cooperação, com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades externas, além de buscar a projeção de poder do Brasil no sistema internacional.

No final de 2004, início do primeiro mandato do presidente Lula, o Brasil decide participar comandando as tropas e enviando 1.200 militares para a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Essa vultosa ação de política externa confere grande visibilidade internacional para o país e atende o interesse brasileiro de influenciar o processo de formulação de operações de paz futuras (NETO, 2012, p. 254-255).

A MINUSTAH pode ser considerada um ponto de inflexão em relação ao posicionamento brasileiro no cenário internacional, pois, pela primeira vez, o país comanda e destaca expressivo contingente, para participar de uma operação de paz do tipo *Peace-*

³⁴Informação transmitida pelo Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 22 mai. 17.

Enforcement, realizada com base no Capítulo VII da Carta da ONU. Esta nova disposição para participar de operações de paz está relacionada ao interesse brasileiro de postular um assento permanente no Conselho de Segurança, no contexto de uma reforma institucional da ONU (HIRST; LIMA e PINHEIRO, 2010, p. 30).

Nesse mesmo viés, Notari (2015), que identifica como principal objetivo da política externa do Governo Lula a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, destaca um trecho de uma entrevista coletiva concedida no Palácio do Planalto, em 29 de abril de 2005, em seu primeiro mandato:

O Brasil já era para estar no Conselho de Segurança desde 1945, quando foi criada a ONU. O Brasil não entrou, o Brasil defende a democratização das Nações Unidas, defende, sobretudo, a democratização do Conselho de Segurança, defende a participação de representações por continente, pela África, que pode ter dois, pela América do Sul, pela Ásia, e o Brasil reivindica para si essa vaga, por ser o maior país da América do Sul e da América Latina, por ser um país de maior número de habitantes, o país de maior extensão territorial, então, temos o direito de reivindicar. Estamos reivindicando (NOTARI, 2015, p. 30).

Por conseguinte, em uma ação de política externa ambiciosa, o Congresso Nacional, por intermédio do Decreto Legislativo nº 741 de 10 de dezembro de 2010, já no final do segundo mandato do Presidente Lula, autorizou a Marinha do Brasil a assumir o Comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL. A Exposição de Motivos Interministerial nº 474 MRE/MD, apensa à Mensagem nº 671/2010 da Presidência da República, atesta que a participação do Brasil naquela missão “ampliaria a ação internacional do País na manutenção da paz e da segurança internacionais e contribuiria para diversificar a experiência das Forças Armadas brasileiras no exterior”, além de permitir a maior presença brasileira na questão afeta ao “processo de paz no Oriente Médio” (BRASIL, 2010c).

3.3 Síntese e conclusões

Os objetivos das atuais operações de paz são diversificados, destacando-se,

manter a paz e a segurança, proteger os civis, ajudar no desarmamento, promover os direitos humanos e ajudar a restaurar o Estado de direito. Para tanto, a ONU utiliza-se de vários instrumentos de acordo com o tipo de conflito que se apresenta, dentre eles: Diplomacia Preventiva, Estabelecimento da Paz, Manutenção da Paz, Imposição da Paz e Consolidação da Paz.

Mais do que uma opção de política externa, participar de operações de paz da ONU vem se tornando uma ação quase que impositiva para os Estados, considerando-se que, dos atuais 193 países signatários das Nações Unidas, 128 disponibilizam contingente para atuar nas operações de paz ora ativadas. Não se inserir neste cenário pode significar para um determinado país perda ou não projeção internacional.

Parece clara a divisão de poder dentro da ONU, tendo em vista que os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança contribuem com 54% do montante total destacado para “financiar” a paz mundial em 2017. Por outro lado, os países em desenvolvimento, tal qual o Brasil, colocam à disposição do DPKO a maioria dos profissionais que labutam na causa da segurança internacional.

Diante disso, para alcançar a condição de membro permanente do CSNU é desejável que o país aspirante à destacada condição de poder no sistema internacional adote, entre outras ações, políticas internas eficazes no sentido de elevar o seu poder econômico, a fim de possibilitar maior participação financeira no DPKO, além de propiciar condições de aumentar a sua capacidade militar.

Identificam-se alguns marcos conceituais que animam a política externa brasileira: não ingerência nos assuntos externos de outros estados; preferência por soluções pacíficas de controvérsias, em que pese as dimensões do Brasil, sua capacidade militar e o predomínio no contexto sul-americano; e o respeito pela legalidade internacional, prezando os meios legais,

diplomáticos e multilaterais para resolver os problemas internacionais³⁵.

Algumas ações políticas específicas aplicadas de maneira não coordenada pelos governos brasileiros ao longo do tempo adquiriram proeminência histórica, entre elas: aproximação com os outros países em desenvolvimento, sobretudo com o continente africano, por ter relações históricas, culturais, afetivas e demográficas e por ser o prolongamento geopolítico natural do oceano atlântico; diversificação das parcerias internacionais visando diminuir a vulnerabilidade e ganhar força para se coordenar nos fóruns multilaterais; e adesão aos regimes normativos internacionais na condição de importantes temas como desarmamento nuclear, combate ao terrorismo e direitos humanos³⁶.

Destarte, Nasser (2012) identifica que a política externa brasileira prossegue com o intuito de desempenhar papel relevante no campo da segurança internacional, ficando evidenciado que nas últimas três décadas o país se tornou um ator importante na moldura das operações de paz da ONU, bem como em outras dimensões das relações internacionais contemporâneas.

³⁵Informação transmitida pelo Primeiro Secretário Filipe Correa Nasser Silva, Assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, em palestra proferida no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra, em 22 mai. 2017.

³⁶Idem.

4 A MARINHA DO BRASIL NA FTM-UNIFIL

Após investigar de maneira empírica o poder do Brasil no concerto das nações e analisar a importância da participação do país em operações de paz da ONU como uma das estratégias de política externa utilizadas pelos governos brasileiros para inserção internacional do país, será igualmente importante apresentar os antecedentes factuais que deram origem a UNIFIL, bem como um histórico da missão e os principais atores envolvidos. Em seguida, intenciona-se analisar as características da missão desenvolvida pela Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL e a percepção de importantes teóricos, políticos, militares e diplomatas brasileiros sobre essa temática, no âmbito das complexas relações políticas internacionais.

4.1 Histórico da UNIFIL

O conflito entre Israel e Líbano começou em 1947, quando o Primeiro-Ministro do Líbano, Riad el-Solh, respondeu hesitante à decisão da Liga Árabe, de entrar na guerra árabe-israelense, de 1948, e enviou seu exército para a Palestina. O exército foi derrotado e retornou ao Líbano. Posteriormente, os dois países assinaram um armistício, que durou até a guerra de 1967, conhecida como a “Guerra dos Seis Dias”. Após esta guerra, e do seguido “Setembro Negro” na Jordânia, mais de 110.000 refugiados palestinos migraram para o Líbano³⁷.

Em 1969, a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), legalizou, na visão dos Palestinos, a presença da OLP no Líbano, que passou a ocupar o sul daquele país, utilizando-o como base para ataques contra o norte de Israel, os quais eram constantemente respondidos pelas Forças de Defesa de Israel (IDF, do inglês

³⁷Disponível em: <<http://www.gazetadebeirute.com/2013/05/a-guerra-libano-israel.html>>. Acesso em: 25 jun.17.

Israeli Defense Forces). Essa situação de instabilidade moderada se manteve na década de 1970³⁸.

Porém, a situação voltou a se agravar em março de 1978 após integrantes da OLP invadirem Israel, matarem um turista americano e logo depois sequestrarem um ônibus civil. Quando o exército de Israel interceptou o ônibus, os palestinos abriram fogo. No total, morreram 34 reféns. Em resposta a este ataque, o exército israelense invadiu o Líbano e atacou bases da OLP no sul do país, empurrando-as para longe da fronteira³⁹.

Em decorrência desse conflito, o Conselho de Segurança emitiu as Resoluções (UNSCR) 425 e 426, ambas de 19 de março de 1978, criando a *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL) com o intento de Israel cessar os ataques e retirar suas tropas do Líbano. A Resolução 425 (1978) define claramente três objetivos ao estabelecer a UNIFIL:

- confirmar a retirada das forças israelenses do sul do Líbano;
- restaurar a paz e a segurança internacionais; e
- ajudar o governo do Líbano a garantir o retorno de sua autoridade efetiva no sul do país.

A Resolução 426 (1978) aprova o contingente da missão, por um período inicial de seis meses, estruturado em cinco batalhões, com 4.000 militares⁴⁰.

Em junho de 1978, as forças israelenses, retiram-se, parcialmente, do Líbano, deixando uma milícia cristã libanesa pró-israelense (o *South Lebanon Army* — SLA) em seu lugar, com isso a estabilidade na região permaneceu frágil, colocando em teste a capacidade da UNIFIL de implementar as tarefas sob sua responsabilidade⁴¹.

Diante disso, o mandato da UNIFIL precisou sofrer mudanças significativas ao longo do tempo, uma vez que as operações já estavam em vigor. O mandato original da

³⁸Idem.

³⁹Disponível em: <<http://chazit.com/cybersio/israel/hagana/libano.html>>. Acesso em: 26 jul. 17.

⁴⁰Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-mandate>>. Acesso em: 25 jun. 17.

⁴¹Disponível em: <<http://www.gazetadebeirute.com/2013/05/a-guerra-libano-israel.html>>. Acesso em: 25 jun. 17.

missão foi expandido não só para aumentar a capacidade militar da UNIFIL, mas também para prover proteção e assistência humanitária (ABDENUR, 2016).

A primeira mudança ocorreu em 1982, após a invasão israelense no Líbano, quando forças israelenses cercaram a capital Beirute. O Hezbollah, um ator não-estatal, surge neste momento como elemento de resistência à essa invasão israelense, constituindo-se em importante força política e paramilitar no Líbano. Nos três anos que se seguiram à invasão de 1982, a UNIFIL se manteve atrás das linhas israelenses, e o papel dos *peacekeepers* (mantenedores da paz) ficou limitado a prover proteção e assistência humanitária à população local. A segunda ocasião de mudança no mandato da UNIFIL ocorreu na retirada israelense do Líbano, em junho de 2000, após vinte e dois longos anos de ocupação, os quais se referem à ocupação tanto por forças de Israel como de seus *proxies* libaneses, tal qual o SLA. Depois disso, a área de operação da UNIFIL, em geral, permaneceu calma, com pequenas violações na *Blue Line*⁴² e no cessar-fogo. Não obstante, em julho de 2000, o relatório do Secretário-Geral do CSNU alertava para o elevado potencial de recorrência de conflitos armados na região (ABDENUR, 2016; UNITED NATIONS, 2000).

E tal fato aconteceu em 12 de julho de 2006, quando o Hezbollah, com um exército de resistência bem equipado e organizado, disparou foguetes Katyusha contra a IDF e atingiu a cidade de Shlomi e entrepostos na região das fazendas de Sheeba, nas Colinas de Golan. Todavia, ao invadir território israelense, matar três soldados, sequestrar outros dois, e ferir diversos civis, o Hezbollah desencadeia uma contra ofensiva israelense em massa, por terra, mar e ar, resultando na destruição da estrutura rodoviária do Líbano, após mais de 30 dias de intensos combates⁴³.

Diante desses fatos, o Conselho de Segurança estabeleceu, em 11 de agosto de

⁴²Linha divisória criada pela ONU na fronteira sul entre Líbano e Israel, com a concordância de ambos os países envolvidos no conflito.

⁴³Disponível em: <<http://www.gazetadebeirute.com/2013/05/a-guerra-libano-israel.html>>. Acesso em: 25 jun. 17.

2006, a Resolução 1701, por meio do qual a UNIFIL teve um incremento de efetivo autorizado de 2.000 militares para até 15.000. Além disso, as seguintes tarefas foram acrescentadas ao mandato estabelecido nos termos da Resolução 425:

- monitorar a cessação das hostilidades entre Líbano e Israel;
- acompanhar e apoiar as forças armadas libanesas à medida que se desdobram em todo o sul, inclusive ao longo da *Blue Line*, enquanto Israel retira suas forças armadas do Líbano;
- estender sua assistência para ajudar e garantir o apoio humanitário às populações civis e o retorno voluntário e seguro de pessoas deslocadas;
- ajudar as forças armadas libanesas a tomar medidas para o estabelecimento entre a *Blue Line* e o rio Litani de uma área livre de armas, com exceção dos armamentos do governo do Líbano e da UNIFIL; e
- ajudar o governo do Líbano, a seu pedido, a garantir suas fronteiras e outros pontos de entrada para impedir a entrada no Líbano sem o seu consentimento de armas ou material relacionado⁴⁴.

Nesse sentido, em 6 de setembro de 2006, o Primeiro Ministro do Líbano, *Fouad Siniora*, enviou uma carta ao Secretário-Geral da ONU, por meio da qual, inicialmente, informou que a capacidade da força naval libanesa é limitada para patrulhar com efetividade os 200 km de costa e garantir a segurança das operações marítimas naquela região. Depois, o Primeiro Ministro solicitou que fosse estabelecida pela ONU uma Força-Tarefa Marítima para prevenir a entrada de armas e material correlato no Líbano pelo mar, especialmente na faixa além de 6 milhas da costa, até que a Marinha do Líbano (LAF-N, do inglês *Lebanese Armed Forces-Navy*) estivesse apta a exercer essas tarefas. Merece destaque, o fato de o governo libanês colocar como critério crítico que as forças da ONU somente atuariam efetuando

⁴⁴Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701(2006))>. Acesso em: 27 maio 2017.

inspeções em navios e cargas mediante supervisão das Forças Armadas Libanesas (LAF, do inglês *Lebanese Armed Forces*) e em coordenação com o comando da UNIFIL⁴⁵.

Por conseguinte, embora as hostilidades entre Israel e Líbano tenham ocorrido principalmente por terra, o bloqueio naval imposto por Israel aos portos libaneses, impactou substancialmente a economia do Líbano e praticamente paralisou o país, que importa os combustíveis necessários para o seu funcionamento quase que exclusivamente pelo mar. Diante disso, apesar de não ter sido a primeira vez que se utilizaram navios em uma missão de paz, o Conselho de Segurança, de maneira inédita, decidiu incluir uma Força-Tarefa Marítima na história das operações de paz sob a égide da ONU⁴⁶.

4.2 A Força-Tarefa Marítima da UNIFIL

A Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL foi implantada em 15 de outubro de 2006 com duas tarefas, as quais se mantêm inalteradas até a presente data. Quais sejam:

— apoiar a Marinha libanesa no monitoramento de suas águas territoriais, garantindo a segurança do litoral libanês e impedir a entrada não autorizada de armas ou materiais relacionados a armamento por via marítima, mediante solicitação do governo libanês; e

— contribuir para o treinamento dos militares da Marinha Libanesa (LAF-N) com a finalidade de que aquela força armada possa executar, no futuro, as tarefas de segurança marítima atualmente sob responsabilidade da FTM.

A implantação da FTM teve um resultado inicial positivo, pois levou Israel a levantar seu bloqueio marítimo do Líbano. A Força Naval está mormente composta por sete navios de guerra e dois helicópteros, sendo um navio do Brasil, exercendo a função de nau-

⁴⁵Informação disponibilizada na palestra FTM-UNIFIL, proferida pelo Contra-Almirante Flavio Macedo Brasil, em 14 jun. 17, no Curso de Política e Estratégia Marítimas — 2017, da Escola de Guerra Naval.

⁴⁶Idem.

capitânia, dois navios de Bangladesh, um da Turquia, um da Alemanha, um da Indonésia e outro da Grécia, sendo alocadas áreas e subáreas no litoral libanês a cada um deles, de acordo com o planejamento efetuado pelo Estado-Maior da FTM⁴⁷.

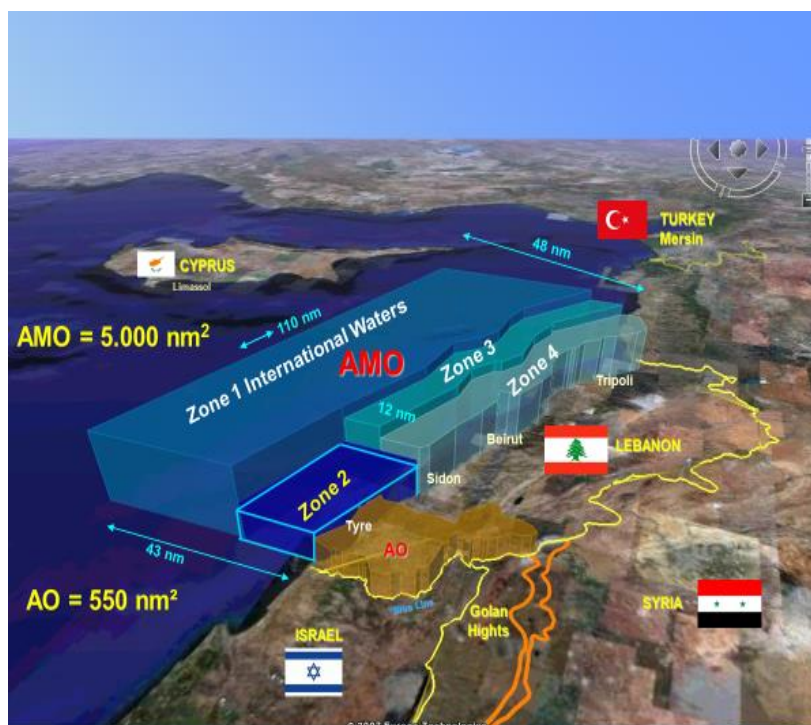


Figura: Área Marítima de Operações (AMO)

Fonte: Slide da palestra proferida pelo Contra-Almirante Brasil na EGN em 14 jun. 17.

Os navios da FTM operam na Área Marítima de Operações (AMO, do inglês *Area of Maritime Operations*) e realizam Operações de Interdição Marítima (MIO, do inglês *Maritime Interdiction Operations*). Para tanto, esses navios militares são posicionados em áreas de patrulha, por meio dos corredores de aproximação estabelecidos pelas autoridades libanesas, a fim controlar os navios mercantes (NM) que demandam, em número de navios, os três principais portos libaneses, na seguinte proporção: Beirute (75% do tráfego marítimo); Trípoli (19%) e Sidon (6%). Todo o tráfego mercante que demanda esses portos e outros de menor relevância é interrogado (*hailing*) pelos navios da força e a partir de critérios preestabelecidos alguns desses são indicados para inspeção pelas autoridades libanesas (*LAF-*

⁴⁷ Idem.

Navy e Aduana)⁴⁸.

É interessante citar que a distribuição dos navios mercantes, por valor de carga, apresenta números bem diferentes, em favor de Beirute, que aparece com 91% das importações (contra 7% de Trípoli e 2% de Sidon) e 87% das exportações (contra 12% de Trípoli e 1% de Sidon) (BANKMED, 2015).

Além das tarefas citadas acima, a FTM contribui diretamente na compilação do quadro das atividades aéreas, dentro e fora da Área Marítima de Operações (AMO)⁴⁹.

Cinco países se revezaram no comando da FTM-UNIFIL. A Alemanha, primeiro país a liderar a força naval entregou o comando da FTM à Força Marítima Europeia (EUROMARFOR). Foi a primeira vez que o EUROMARFOR, uma Força Marítima Multinacional formada em 1995 por França, Itália, Portugal e Espanha para realizar operações navais, aéreas e anfíbias, operou sob mandato das Nações Unidas⁵⁰.

O EUROMARFOR manteve o comando da FTM-UNIFIL por um ano, primeiro sob a liderança da Itália (29 de fevereiro a 31 de agosto de 2008) e depois sob o comando da França (1º de setembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2009). A partir de então o comando passa por outros quatro países europeus (Bélgica, Itália, Alemanha e Itália novamente). Até que, a partir de fevereiro de 2011, o comando da FTM da UNIFIL passou a ser exercido por um Almirante brasileiro e, desde novembro de 2011, um navio da Marinha do Brasil (Fragata ou Corveta) tem sido incorporado à FTM-UNIFIL, exercendo a função de nau-capitânia. Além disso, o Brasil contribui com a ONU designando oficiais para compor o Estado-Maior, tanto da Força Tarefa como da própria UNIFIL. O mandato brasileiro para liderar a força naval é renovado com periodicidade anual, obedecendo a critérios políticos e operacionais avaliados tanto pela ONU quanto por Líbano e Israel⁵¹.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-maritime-task-force>>. Acesso em: 20 jun. 17

⁵¹ Idem.

Um total de 15 países já contribuiu com navios para a componente naval da UNIFIL: Bangladesh, Bélgica, Brasil, Bulgária, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Indonésia, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia e Turquia. Em 6 de fevereiro de 2017, a UNIFIL era composta por 10.564 militares de 40 países que contribuía com tropas, dentre os quais 855 militares alocados à Força-Tarefa Marítima. Desde o início de suas operações em 15 de outubro de 2006, a FTM interrogou mais de 77.000 navios e referiu cerca de 9.100 embarcações às autoridades libanesas para novas inspeções⁵².

Outrossim, o Relatório do Secretário Geral da ONU, de 8 de março de 2017, descreve que, apesar de a situação na região ser estável, a UNIFIL permanece como importante força moderadora, pois, por um lado as IDF alegam que o Hezbollah continua mantendo infraestrutura militar e equipamentos no sul do Líbano, e por outro há quase diariamente violações israelenses ao espaço aéreo libanês, principalmente com veículos aéreos não tripulados. Diante desse cenário, a FTM manteve uma presença visível na parte sul da área de operações marítimas para evitar tensões entre Israel e o Líbano⁵³.

Conforme determinado pela Resolução 2305 (2016) do Conselho de Segurança, o DPKO está finalizando uma revisão estratégica da UNIFIL, a fim de examinar o contingente e os recursos alocados pela ONU, com o objetivo de garantir que a Missão seja configurada de forma mais adequada para cumprir suas tarefas obrigatórias⁵⁴.

As reuniões mensais do fórum tripartite, composto pelo *Force Commander* (FC, comandante da operação de paz) da UNIFIL e pelos representantes das forças armadas israelenses e libanesas, continuam tendo o envolvimento ativo e construtivo das partes na discussão das violações da Resolução 1701 (2006), incluindo violações terrestres da *Blue Line* por ambos os países, violações aéreas israelenses e a ocupação contínua do norte de Ghajar

⁵² Idem.

⁵³ Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/n1706222.pdf>>. Acesso em: 20 jun.17.

⁵⁴ Idem.

por Israel⁵⁵.

O relatório ainda destaca que a estabilidade e a segurança do Líbano dependem da evolução da guerra civil na vizinha República Árabe da Síria e que as Forças Armadas do Líbano continuam a desempenhar um papel vital na manutenção da segurança nas fronteiras com a Síria e em todo o Líbano, inclusive na luta contra as ameaças de grupos terroristas extremistas, como o Estado Islâmico e a Frente Nusra.

Outro fato considerado importante pela ONU é o número de refugiados sírios abrigados no território libanês que, segundo registros do Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), atualizados em 31 de dezembro de 2016, ultrapassava um milhão de pessoas, contribuindo para a instabilidade na região. Entretanto, no dia 11 de fevereiro de 2017, em uma entrevista com a mídia egípcia, o presidente Aoun trouxe preocupação para a comunidade internacional quando declarou, em resposta a uma pergunta sobre o Hezbollah e suas armas, que havia a "necessidade de sua presença para complementar o papel do exército" e que era "uma parte essencial da defesa do Líbano"⁵⁶.

Diante dos fatos acima elencados pelo relatório mais recente produzido pela ONU, verifica-se que o mandato da UNIFIL é extremamente político e difícil. Um exemplo dessa dificuldade seria o desarmamento do Hezbollah, que não é uma tarefa que dependa exclusivamente do empenho ou da eficiência da Força-Tarefa Marítima. O pronunciamento do presidente do Líbano que declarou que há complementaridade militar entre o Hezbollah e as forças armadas libanesas, e o fato de que a FTM sob o comando do Brasil tem como tarefa treinar a LAF-N, de alguma maneira acaba envolvendo a missão no mapa político da ONU.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

4.3 Contribuição da participação da MB na FTM-UNIFIL para a política externa

As Marinhas de Guerra têm demonstrado que são importantes instrumentos de auxílio na condução da política externa dos Estados ao longo da história, e dependendo da natureza dos objetivos políticos de cada país, a diplomacia naval pode ser utilizada pela via competitiva ou colaborativa, ou, mais usualmente, uma mistura de ambas as vias. A presença naval oferece uma grande variedade de opções políticas para defender os interesses nacionais em todo o mundo e facilita a construção de laços de amizade, a coalizão e a coerção. O mar é um meio neutro, e a presença de forças navais em águas internacionais é muito menos preocupante para as populações do que a presença de forças terrestres ou aéreas (TILL, 2013, p. 221-228).

Segundo Barbosa (2002, pg. 96-98), o emprego político das Forças Armadas é prática internacionalmente empregada, que não perdeu eficácia ao longo do tempo, como instrumento de ação política. O Poder Naval pela capacidade de operar em águas internacionais é, por excelência, plenamente adequado para desempenhar esse papel, pois navios de guerra quando visitam portos estrangeiros mostram capacidades e cultura do povo e, extensivamente, a disposição do Estado de se fazer presente.

Para o Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, Tenente-Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Terciotti (APÊNDICE B), o prestígio e o alto grau de aceitação que o Brasil tem no cenário internacional é fruto direto do excelente trabalho executado pela Marinha do Brasil no Líbano, sendo o comando da FTM-UNIFIL um dos pilares fundamentais para que o país continue se projetando e abrindo excelentes oportunidades de inserção da diplomacia brasileira na postulação de novas empreitadas nos fóruns internacionais⁵⁷.

⁵⁷Informações coletadas por meio de questionário respondido pelo Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, Tenente-Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Terciotti, em 25 mai. 17 (APÊNDICE B).

Segundo o Primeiro Secretário Roberto Salone, Diplomata da Embaixada do Brasil no Líbano (APÊNDICE C), o profissionalismo da Marinha do Brasil é reconhecido pelo comando da UNIFIL. A presença de nau-capitânia brasileira à frente da FTM tem sido objeto de seguidos elogios em conversas mantidas com autoridades libanesas. O governo libanês, aliás, aprecia o engajamento brasileiro nessa força de paz considerada essencial para reduzir as tensões com o Estado de Israel, país com o qual o Líbano mantém mera trégua⁵⁸.

Nesse esteio, Celso Amorim, diplomata e ex-ministro da Defesa, cita que a presença de uma fragata da Marinha do Brasil na componente marítima da UNIFIL mostra como o emprego de instrumentos militares pode reforçar a ação diplomática, tornando-se um capital para uma eventual atuação político-diplomática, quando as condições da região permitirem. Para Amorim, há uma ou duas décadas, a participação de um navio de guerra brasileiro em operações no Mar Mediterrâneo, um dos mais tradicionais tabuleiros da geopolítica mundial, seria vista como altamente improvável. Atualmente, mesmo os críticos do envolvimento brasileiro em questões aparentemente distantes, como as do Oriente Médio, não parecem duvidar da importância da contribuição da Marinha do Brasil à UNIFIL. Segundo o ex-ministro, essa evolução não deixou de guardar relação com os impactos muito diretos da guerra de 2006 entre Israel e Líbano, na qual sete brasileiros morreram e três mil compatriotas foram evacuados por via aérea para o Brasil, em uma operação coordenada pelo MRE com o decisivo apoio da Força Aérea Brasileira (AMORIM, 2015, p. 10-11).

De acordo com o Chefe da Divisão dos Assuntos de Defesa do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Hélio Franquine Neto, o Líbano é uma porta de entrada do Brasil para um cenário que está se tornando cada vez mais estratégico, seja por questões políticas, econômicas ou de recursos naturais. Para o diplomata, ao assumir o comando da FTM-UNIFIL sob a coordenação da ONU, o Brasil se credencia em um debate global sobre o

⁵⁸Informações coletadas por meio de questionário respondido pelo Diplomata da Embaixada do Brasil no Líbano, Primeiro Secretário Roberto Salone, em 01 ago. 17 (APÊNDICE C).

Oriente Médio como um importante e natural interlocutor, apesar de atualmente não estar fazendo parte do CSNU. Aliado a isso, a FTM traz materialidade a uma relação que o Brasil já tem com Líbano devido aos laços pelo tamanho da comunidade libanesa no Brasil e pelos vínculos históricos entre os dois países⁵⁹.

Nesse mesmo viés de pensamento, para o Assessor do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Primeiro Secretário Ricardo Martins Rizzo (APÊNDICE D), a participação em missões de paz e, mais especificamente na UNIFIL, viabiliza a participação brasileira em instâncias decisórias e de coordenação política dedicadas ao tema das operações de manutenção da paz, formais e informais, tais como: reuniões entre o Conselho de Segurança e países contribuintes de tropas de missões específicas, que ocorrem normalmente no período imediatamente anterior à renovação dos mandatos das missões de paz pelo CSNU; reuniões informais de países contribuintes de tropas e policiais; participação em reuniões do Grupo de Trabalho do CSNU sobre operações de manutenção da paz; até a participação no recém-criado grupo de países contribuintes de tropas nas Nações Unidas, por iniciativa do Marrocos e Paquistão⁶⁰.

Ricardo Rizzo considera que a participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL apresenta desde resultados tangíveis para a política externa brasileira, como participação em instâncias decisórias, adestramento e capacitação, ganhos de conhecimento e estabelecimento de canais de relacionamento com os demais países que participam da missão, até resultados políticos intangíveis relacionados à projeção de poder em uma região estratégica do mundo.

O diplomata argumenta que, ao se tratar da única força naval em missões de paz da ONU, a participação brasileira na FTM permite não apenas o ganho de experiência e

⁵⁹Informações coletadas em entrevista com o Chefe da Divisão de Assuntos de Defesa do Ministério de Relações Exteriores (MRE), Conselheiro Hélio Franchine Neto, em 23 mai. 17, nas dependências do MRE.

⁶⁰Informações coletadas por meio de questionário respondido pelo o Assessor do Departamento de Organismos Internacionais do MRE, Primeiro Secretário Ricardo Martins Rizzo, em 26 jul. 17 (APÊNDICE D).

conhecimento, mas também o credenciamento do Brasil como um dos atores capacitados a influenciar o desenvolvimento de doutrinas e princípios aplicáveis a forças navais em missões de paz. Todavia, essa postura, em geral favorável à missão, não significa que não existam tensões políticas no terreno, tendo em vista que Israel critica a UNIFIL por considerar insuficientes seus esforços para desarmar o Hezbollah. A presença da missão no sul do Líbano não está livre de manifestações episódicas de oposição por parte da população local – fato documentado nos relatórios da ONU. Para o governo libanês, a UNIFIL constitui uma forma de assistência na manutenção de sua integridade territorial e no fortalecimento de sua própria autoridade estatal. Para Israel, representa um claro mandato internacional contrário à manutenção do arsenal do Hezbollah no sul do Líbano.

Rizzo conclui que é nesse equilíbrio – não apenas entre Líbano e Israel, mas também entre membros permanentes do CSNU – que o apoio político à missão se sustenta. Uma avaliação das implicações para a política externa brasileira da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL precisa levar em conta esse equilíbrio. Portanto, cabe à área geográfica do Itamaraty avaliar essas implicações para os relacionamentos bilaterais (Brasil-Líbano, Brasil-Israel).

Nesse sentido, Nasser (2012, p. 236) destaca que houve um encontro observável entre a participação em operações de paz e uma visão da inserção internacional do Brasil. O modelo de engajamento em operações de paz da ONU espelha uma renovada imagem positiva do país traduzida em ações no cenário internacional.

4.4 Síntese e conclusões

A manutenção da paz entre Líbano e Israel é realizada pela UNIFIL desde 1978, sendo uma força de interposição, no sentido clássico, entre os dois países. Sua presença é

essencial para a redução das tensões e para a manutenção de um ambiente estável na região.

Dentro da vertente marítima da UNIFIL, a FTM tem operado no litoral do Líbano desde 2006. O Brasil aceitou o convite para comandar a FTM em 2010 e, desde então, vem exercendo, de forma ininterrupta, o comando da primeira Força-Tarefa Marítima de manutenção da paz na história, iniciando, assim, a projeção do poder militar do país em uma região estratégica do mundo. Isso, sem dúvida, torna-se um capital para uma futura atuação político-diplomática brasileira naquele continente.

Os navios de guerra têm flexibilidade quanto à sua utilização, pois podem se transformar em um salão de recepção flutuante para receber visita de dignitários em questão de horas. A posição geográfica de um navio é frequentemente usada como um sinal político e pode ser facilmente alterada de acordo com as circunstâncias. Além disso, os navios de guerra podem ser inseridos em uma área ou retirados dela de acordo com a dinâmica da situação. Em qualquer caso, há menos civis no mar do que em terra, não há cidades e com isso menos recursos estatais podem ser envolvidos. Um confronto no mar é menos sensível e menos propenso à escalada acidental do que um confronto em terra (TILL, 2013, p. 228).

A participação da MB na FTM-UNIFIL é uma espécie de “voucher” de participação do Brasil nas discussões sobre o Oriente Médio, colocando o país em um Teatro de Operações central na discussão política do mundo, pois caso seja possível construir uma saída para o conflito sírio, isso terá um impacto na situação de paz e segurança no mundo no futuro e os atores que estão na região podem ser chamados a participar de um esforço de manutenção da paz mais ampliado, até mesmo uma conferência de paz sobre a Síria. E nesse sentido, o comando da FTM-UNIFIL credencia o Brasil como um ator natural⁶¹.

⁶¹Informações coletadas em entrevista com o Assessor do Departamento de Organismos Internacionais do MRE, Primeiro Secretário Ricardo Martins Rizzo, em 23 mai. 17, nas dependências do MRE.

5 CONCLUSÃO

O sistema internacional é composto por Estados soberanos que buscam maximizar sua cota de poder de forma legítima. Em termos conceituais, o exercício do poder é decorrente do gerenciamento das capacidades assimétricas dos países, seja por meio da coerção (*hard power*), da influência (*soft power*) ou da combinação de ambos.

Nesta tese foi utilizada uma metodologia para quantificar de maneira empírica a relação de poder entre os Estados, por meio da qual foi identificado que o Brasil apresenta elevado poder potencial, em decorrência da sua extensão territorial, população e produto interno bruto, entretanto, o país detém baixo poder efetivo (*hard power*) devido, principalmente, à vulnerabilidade econômica externa.

A ONU foi criada na tentativa de manter a paz e a segurança coletiva, entretanto desde a sua criação o poder dentro da organização é dividido entre os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança.

O Brasil, além de outros países de importância regional como Alemanha, Japão e Índia, tem interesse histórico em ingressar no Conselho de Segurança da ONU, para poder sugerir a inclusão de temas estratégicos na agenda internacional, e, participar, de fato, do centro do poder mundial.

A formação de alianças político-econômicas com outros países nos diferentes foros multilaterais e a participação em operações de paz da ONU são estratégias adotadas pelos governos brasileiros ao longo do tempo, com o objetivo de alcançar melhor inserção internacional.

No entanto, mais do que uma opção de política externa, participar de operações de paz da ONU, seja por meio de contribuição financeira, ou mesmo disponibilizando contingente, vem se tornando uma ação quase que impositiva para os Estados, tendo em vista

que os cinco países membros do Conselho de Segurança contribuem com mais da metade do montante total dos recursos necessários para “financiar” a paz mundial, e 66% dos países signatários da organização colocam à disposição do Departamento de Operações de Manutenção da Paz profissionais para labutar na causa da segurança internacional. Assim, parece óbvio que o poder dentro da ONU é de alguma maneira “precificado”.

O Brasil, ao longo da história, apresentou um padrão nem sempre regular em relação à participação em operações de paz. Entretanto, a instrumentalização do emprego político das forças armadas pelo governo brasileiro foi intensificada durante o governo do presidente Lula, que tinha como principal ação de política externa o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A partir de então, o Estado brasileiro materializa uma postura internacional mais afirmativa ao liderar o componente militar da MINUSTAH desde 2004 e assumir o comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL desde 2011.

Há mais de seis anos a MB contribui, por intermédio do comando e do navio-capitânia da FTM-UNIFIL, adquirindo o status de instituição-referência para liderar no cenário internacional o desenvolvimento de doutrinas e princípios aplicáveis a forças navais em missões de paz.

A presença do Poder Naval brasileiro em águas libanesas naturalmente coloca o Brasil em um espaço geopolítico central na discussão política do mundo, tendo em vista que o imprevisível resultado da solução do conflito Sírio irá emoldurar a nova conformação de distribuição de poder entre as grandes potências e entre as potências regionais.

O Brasil, atualmente, situa-se em uma importante relação de Estados que possui poder militar suficiente para comandar, com eficácia, uma Força-Tarefa Marítima sob os auspícios da ONU. Tal fato traz um retorno político imediato junto à organização.

No sistema internacional o poder é relacional, portanto não há vácuo de poder.

Não participar de operações de paz é de certa maneira abdicar de conquistar uma maior parcela de poder, que conseqüentemente outro país ocupará. Contribuir com a FTM-UNIFIL e com outras operações de paz não é suficiente, mas é indispensável para que o Brasil postule um lugar de destaque no centro do poder mundial, pois, caso um Estado não se faça presente como um ator interessado nesse processo, com prática e experiência operacional para colaborar efetivamente com a ONU, o risco de descredenciamento torna-se elevado.

Esse tipo de força internacional traz visibilidade à capacidade do país em fazer parte de organismos multilaterais. Entretanto, o desejado lugar no Conselho de Segurança da ONU depende muito mais da aceitação dos cinco países membros permanentes do CSNU do que da capacidade econômica, militar e tecnológica do Brasil de modificar a conformação atual do conselho.

Dessa forma, conclui-se que a participação da Marinha do Brasil na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL contribui para a inserção do Brasil no cenário internacional, sendo um importante instrumento de política externa utilizado pelo governo para manter o país em condições de continuar o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Sugere-se ao Itamaraty e ao Ministério da Defesa, caso requerido pela ONU, manter a participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL e intensificar a contribuição com contingente das forças armadas brasileiras em futuras operações de paz, que por ventura sejam estabelecidas. Esse tipo de operação militar, além de propiciar adestramento e capacitação internacional para os militares, traz resultados políticos positivos relacionados à projeção de poder do Brasil no mundo.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal. Rising powers in stormy seas: Brasil and the UNIFIL maritime task force. **Journal International Peacekeeping**. [S.l :s.n], v. 23, p. 389-415, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13533312.2016.1155413>>. Acesso em: 10 mai. 17.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.). **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005. 241 p.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. BRIGADÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença (Org.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2002. 446 p.
- ALMINO, João. **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. BRIGADÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença (Org.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2002. 446 p.
- AMORIM, Celso. Grande Estratégia: Política Externa e Defesa em um Mundo em Transformação. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. [S.l.], v.4, n.7, p. 9-21, Jan./Jun. 2015, Semestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/57774/35241>>. Acesso em: 10 jun.17.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 936 p.
- BANKMED. **Special Report: Analysis of Lebanon's Maritime Market – April 2015**. Disponível em: <www.databank.com.lb/docs/Analysis_of_maritime_transport-Bankmed-April_2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 17.
- BARBOSA, Afonso. **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. BRIGADÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença (Org.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2002. 446 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 abr. 17.
- BRASIL. **Decreto Legislativo nº 741**, de 10 de dezembro de 2010a. Autoriza a participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 13 dez. 2010. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. **Lei nº 2953**, de 17 de novembro de 1956. Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 nov. 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L2953.htm>. Acesso em: 21abr. 17.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 117**, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 03 set. 2004. Seção 1, p. 2.

_____. **Lei Complementar nº 136**, de 25 de agosto de 2010b. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei Complementar nº 97**, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Seção 1, Edição Extra, p. 1.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2014. Rev. 2.

BRASIL. **Mensagem nº 671/2010, da Presidência da República**. Brasília, DF, de 2 de dezembro de 2010c. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mos_trarintegra?codteor=826124&filename=MSC+671/2010>. Acesso em: 04 jun. 17.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 28 fev. 17.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em: 02 mar. 17.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 28 fev. 17.

BRIGADÃO, Clóvis. **Brasil em Missões de Paz**. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.). São Paulo: Usina do Livro, 2005. 241 p.

BRIGADÃO, Clóvis; JÚNIOR, Domício Proença (Org.). **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2002. 446 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5 ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2015. 605 p.

CORNELL UNIVERSITY; INSEAD e WIPO. **The Global Innovation Index 2014: The Human Factor in Innovation**. Second Print. Fotaïnebleau, Ithacaand Geneva, 2014. 429 p. Disponível em: <<https://www.globalinnovationindex.org/userfiles/file/reportpdf/gii-2014-v5.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 17.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarris da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999. 409 p.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

FREUND, Julien. **Sociologia Del Conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. Cap 1, 2 e 3.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016. 247p.

HIRST, Monica; LIMA, Maria; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. **Revista Nueva Sociedad Especial em Português**. [S.l :s.n], p. 22-41, Dez. 2010. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/p6-2_1.pdf>. Acesso em: 10 jun.17.

KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Editora IPEA, 2012. 323 p.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 126 p.

MALEŠEVIĆ, Sinisa. **The Sociology of War and Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da política das Grandes Potências**. 1 ed. Lisboa: Editora Gradiva, 2007, 518 p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. 1152 p.

NASSER, Filipe. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). Brasília: Editora IPEA, 2012. 323 p.

NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). Brasília: Editora IPEA, 2012. 323 p.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar. **Os papéis projetados pela política externa brasileira para o oriente médio durante os Governos Lula (2003-2010)**. 2015.144fl. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009. 369 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. 291 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. 239 p.

OTAN. **Defence Expenditure of NATO Countries (2010-2017)**, jun. 2017. Disponível em: <http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2017_06/20170629_170629-pr2017-111-en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 17.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). Brasília: Editora IPEA, 2012. 323 p.

SEINTENFUS, Ricardo. **Brasil em Missões de Paz**. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.). São Paulo: Usina do Livro, 2005. 241 p.

SILVA, André Luiz Reis da; KUNRATH, Bruna. O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio. **Revista Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**. vol. 11, n. 116, p. 18-20, mar. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5118/4309>>. Acesso em: 17 jun. 17.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the Twenty-First Century**. 3rded. London: Routledge, 2013.

UNITED NATIONS. **Aplicación de las resoluciones de La asamblea general 55/235 y 55/236**. New York, 2015. UN doc. A/70/331/add.1, de 28 dez. 15. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/70/331/add.1>>. Acesso em: 12 jul. 17.

_____. **Paz y seguridad**. New York, 2017a. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/peace.shtml>>. Acesso em: 19 jun 17.

_____. **Peacekeeping Fact Sheet**. New York, 2017b. Disponível em: <<http://www.un.org/peacekeeping/resources/statistics/factsheet.shtml>>. Acesso em: 12 Jul. 17.

_____. **Principios de las operaciones de la mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas**. New York, 2017c. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/principles.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 17.

_____. **Que és El mantenimiento de la paz?** New York, 2017d. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acesso em 19 jun. 17.

_____. **Recursos Aprobados para las Operaciones de Mantenimiento de Paz para El período comprendido entre el 1 de junio de 2016 y el 30 de junio de 2017**. New York, 2016. UN doc. A/C.5/70/24, de 22 jun. 16. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/C.5/70/24>>. Acesso em 12 jul. 17.

_____. **Resolution 1701 (2006)**. New York, 2006. UN doc. S/RES/1701 (2006), de 11 ago. 06. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701(2006))>. Acesso em: 27 mai.17.

_____. **Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Force in Lebanon (for the period from 17 jan. to 17 jul. 2000)**. New York, 2000. UN doc. S/2000/718, de 20 jul. 00. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/s2000718>>. Acesso em: 25 jun. 17.

_____. **Summary of troop contributing countries by ranking**. New York, 2017e. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_2.pdf>. Acesso: em 12 jul. 17.

_____. **UNIFIL Mandate**. New York, 2017f. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-mandate>>. Acesso em: 25 jun. 17.

APÊNDICE A – Questionário – Carta de Apresentação

MARINHA DO BRASIL

ESCOLA DE GUERRA NAVAL



Prezado (a),

Atualmente, encontro-me realizando o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN).

Uma das atividades curriculares do curso é a realização de uma pesquisa científica. O tema da minha tese é: A Participação da Marinha do Brasil na Missão de Paz da ONU no Líbano (UNIFIL): Implicações na Política Externa Brasileira.

A principal finalidade desse questionário é auxiliar a responder, dentre outras, a seguinte questão de estudo: Qual a relevância da participação da Marinha do Brasil na UNIFIL como instrumento da política externa brasileira?

As informações coletadas no presente questionário serão usadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Respeitosamente,

Luis Claudio Veloso Gonçalves – Cel Av

Oficial-Aluno do C-PEM – 2017

APÊNDICE B – Questionário respondido pelo Tenente-Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Terciotti - Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU

Segue trecho da proposta da Estratégia Nacional de Defesa (versão sob apreciação do Congresso Nacional, Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º), um dos pressupostos teóricos da pesquisa:

A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Em um ambiente internacional cada vez mais complexo e de uma crescente interdependência entre as nações em diversos domínios, a diplomacia ganha cada vez maior importância no encaminhamento das grandes questões globais. No caso do Brasil, a atividade diplomática orienta-se pelos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

No contexto da política exterior do Brasil, as relações diplomáticas, na perspectiva da Defesa Nacional, antecedem o uso da força, por intermédio da expressão militar, para a solução de contenciosos. As ações diplomáticas, portanto, diferenciam-se daquelas adotadas pela Defesa Nacional quanto à sua natureza, todavia possuem o mesmo objetivo em sua essência. Assim, ainda que a política externa seja competência privativa do Presidente da República, que a exerce com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores na sua formulação e condução, o relacionamento internacional de defesa de entidades governamentais brasileiras pode contribuir para a estratégia de defesa, uma vez que promovem a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2016, p. 24).

1) Qual a importância da defesa para a política externa brasileira?

Resposta: Defesa e política externa brasileira estão intrinsicamente relacionadas, no tocante aos mecanismos internacionais. A política externa brasileira, baseada na premissa da prevalência da diplomacia para a resolução dos conflitos internacionais, buscando, cada vez mais, projetar o Brasil no cenário internacional, necessita de uma defesa que seja respeitada dentro do concerto das nações e que tenha capacidade de projetar uma imagem positiva e ativa da nação brasileira.

As diversas atividades desenvolvidas pela defesa brasileira nos fóruns internacionais, sempre com destacada participação, revestem-se de grande importância, portanto, para a condução da política externa brasileira. Cada vez mais, a defesa brasileira é convidada a participar nas mais variadas atividades, projetando positivamente nossa imagem e favorecendo a execução da política externa brasileira no seu pilar de termos um protagonismo cada vez maior no cenário internacional.

2) Qual a importância para o Brasil de participar de operações de paz da ONU como instrumento de política externa?

Resposta: Sem qualquer sombra de dúvida, a participação brasileira em operações de manutenção da paz, fruto do excepcional desempenho dos nossos militares e policiais militares, como Comandantes, como tropas, como observadores militares e como oficiais de

Estado-Maior, tem facilitado e fortalecido o trabalho da nossa política externa no concerto das nações.

A política externa ganha projeção e força quando nosso país atua em operações de manutenção da paz, com esmero e correção, elevando não apenas o nome das nossas forças armadas, mas também servindo de ferramenta para que nossa diplomacia tenha voz ativa e influente nos fóruns internacionais de que participa.

Nossas forças armadas participam das operações de paz com destaque, bastando enumerar que comandamos, nos últimos anos, a força de paz do Haiti, desde a sua criação, comandamos a força de paz no Congo e comandamos a única Força Tarefa Marítima existente sob os auspícios da ONU, no Líbano. Além disso, tivemos a participação de um Oficial General, atuando como perito, no trabalho de alto nível de revisão das operações de paz. Tivemos, ainda, um oficial general atuando dentro da própria ONU, nos últimos três anos, tendo finalizado sua participação, no último dia 20 de maio passado.

3) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL ?

Resposta: Evidente que quanto maior a participação brasileira em missões de operações de manutenção da paz, sempre com destaque, maior será a projeção brasileira no cenário internacional, o que, fatalmente, irá favorecer o desejo brasileiro de pertencer ao seletivo grupo de países com assento permanente no Conselho de Segurança, caso se consiga, perante a Assembleia Geral, uma resolução no sentido da reforma do referido conselho.

A motivação principal com relação à UNIFIL, no tocante à projeção internacional reside no fato de que nossa participação nessa operação de manutenção da paz é reconhecidamente elogiada e também muito prestigiada pelo próprio Conselho de Segurança, portanto nossa participação é fundamental para a estabilização do Líbano, permitindo as conversas necessárias para a manutenção de uma paz duradoura naquela região.

Além da atuação exemplar dos nossos marinheiros, podemos enumerar como fatores contribuintes da UNIFIL para reforçar nossa projeção como candidato a uma vaga com assento permanente, as duas posições de destaque que ocupamos na Força Tarefa Marítima. Temos o Comando da única força-tarefa marítima e ainda somos a navio capitânia da referida missão.

4) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação de participação em fóruns multilaterais pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL?

Resposta: Quem não é visto, não é lembrado. Quem trabalha mal é esquecido. O excelente desempenho das tropas brasileiras nas inúmeras operações de manutenção da paz em muito contribuiu para facilitar a participação do nosso país nos fóruns internacionais, especialmente naqueles voltados para as operações de manutenção da paz.

A cada destacada participação dos militares brasileiros na manutenção da paz pelo mundo, surgem novos convites para outras atividades. Vamos enumerar apenas duas para mostrar o prestígio brasileiro nesse aspecto:

- Convite do Reino Unido para, também, patrocinarmos, no próximo mês de junho, um *WORKSHOP* sobre abuso e exploração sexual em operações de paz, em seguimento ao evento relativo a esse tema, realizado no Brasil em dezembro de 2016. Cabe salientar que o Brasil não tem qualquer militar respondendo perante a ONU sobre esse tipo de conduta. Motivo de muito orgulho.

-Convite feito pelo Japão para participarmos de um projeto triangular (Japão/Brasil/ONU), na África. Nossa participação foi solicitada em duas ações:

- Ministrando um curso de gerenciamento de projetos para os africanos, sendo material e instrutores brasileiros, na língua inglesa e nas dependências da ONU na África; e
- Formar 4 engenheiros africanos no Brasil.

O prestígio e o alto grau de aceitação que o Brasil possui no cenário internacional é fruto direto das tropas brasileiras operando no Líbano, sendo, portanto, oportuno afirmar que nossa participação na UNIFIL é um dos pilares fundamentais para que o Brasil continue se projetando e abrindo excelentes oportunidades de inserção da diplomacia brasileira na postulação de novas empreitadas nos fóruns internacionais.

5) Quais são os resultados para a política externa brasileira decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL?

Resposta: Além do aspecto do treinamento operacional de nossas equipagens, como já comentamos, o excelente trabalho desenvolvido pela Marinha do Brasil em território libanês contribuiu para elevar o nome do Brasil, abrindo perspectivas para novos desafios e novas oportunidades para que nossa área diplomática se projete cada vez mais no cenário internacional.

Podemos enumerar alguns resultados:

- elevação do prestígio brasileiro perante a comunidade internacional;
- respeito pela postura brasileira nas discussões multilaterais; e
- reconhecimento da excelência do nosso trabalho, tanto pela ONU quanto pelos demais países.

6) Quais implicações para a política externa brasileira foram identificadas por V. Ex^a, decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL, isto é, no relacionamento com o Líbano e com Israel ?

Resposta: Trabalhar em um ambiente altamente nebuloso, cuja manutenção da paz é extremamente difícil, tanto pelas dificuldades de relacionamento dos atores na região, quanto a extrema necessidade de reconstruir o Líbano e ser reconhecido pelos dois países a quem devemos monitorar e ajudar é motivo de muita alegria e satisfação.

Em recente visita de assessoria, conduzida por diplomatas de vários países à UNIFIL, foi gratificante receber da diplomata brasileira que fez parte da comitiva os mais efusivos elogios pela atuação, tanto do Comandante da Força-Tarefa Marítima, quanto da tropa brasileira, operando o nosso navio. Essa visita teve por objetivo o estudo de possível redução da força-tarefa.

Autoridades libanesas e israelenses elogiaram muito o nosso trabalho e foram unânimes em informar que a Força-Tarefa Marítima deveria permanecer com o mesmo perfil de operação, além de sugerir que o porte e qualidade dos navios fossem aumentados.

O Brasil, atuando como navio capitânia e tendo o Comando de toda a força-tarefa, composta por 7 navios, é o ator principal desse jogo, principalmente pelo bom trabalho realizado, o que facilita o trabalho da política externa brasileira.

7) Relate aqui, caso julgue conveniente, informações adicionais relacionadas com o tema dessa pesquisa.

Resposta: Conforme consta na Estratégia Nacional de Defesa. Assim, ainda que a política externa seja competência privativa do Presidente da República, que a exerce com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores na sua formulação e condução, o relacionamento internacional de defesa de entidades governamentais brasileiras pode contribuir para a estratégia de defesa, uma vez que promovem a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2016, p. 24).

Essa premissa básica é fielmente cumprida pelas tropas brasileiras atuando em missões de operações de manutenção da paz ao redor do mundo, conduzindo a tarefa de forma séria, competente, eficiente, sem ressalva e com muito profissionalismo, angariando a simpatia e o apoio da comunidade internacional, trabalhando em conjunto para que a política externa brasileira seja cada vez mais pujante e respeitada no cenário multilateral.

Enviado em: 05 mai. 17

Recebido em: 25 mai. 17

APÊNDICE C – Questionário respondido pelo Primeiro Secretário Roberto Salone -
Diplomata da Embaixada do Brasil no Líbano

Segue trecho da proposta da Estratégia Nacional de Defesa (versão sob apreciação do Congresso Nacional, Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º), um dos pressupostos teóricos da pesquisa:

A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Em um ambiente internacional cada vez mais complexo e de uma crescente interdependência entre as nações em diversos domínios, a diplomacia ganha cada vez maior importância no encaminhamento das grandes questões globais. No caso do Brasil, a atividade diplomática orienta-se pelos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

No contexto da política exterior do Brasil, as relações diplomáticas, na perspectiva da Defesa Nacional, antecedem o uso da força, por intermédio da expressão militar, para a solução de contenciosos. As ações diplomáticas, portanto, diferenciam-se daquelas adotadas pela Defesa Nacional quanto à sua natureza, todavia possuem o mesmo objetivo em sua essência. Assim, ainda que a política externa seja competência privativa do Presidente da República, que a exerce com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores na sua formulação e condução, o relacionamento internacional de defesa de entidades governamentais brasileiras pode contribuir para a estratégia de defesa, uma vez que promovem a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2016, p.24).

1) Qual a importância da defesa para a política externa brasileira?

Resposta: Um dos pilares da Política Externa Brasileira (PEB), definida pelo artigo 4º da Constituição Federal de 1988, são a independência nacional e a defesa da paz. A soberania nacional, garantida pelas Forças Armadas, é elemento fundamental para a projeção dos valores básicos do Estado nacional enumerados pela Constituição Federal. Deve-se buscar, pois, sinergia complementar entre as atribuições dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores com vistas ao pleno desenvolvimento nacional e ao cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil como ator soberano no âmbito internacional.

2) Qual a importância para o Brasil de participar de operações de paz da ONU como instrumento de política externa?

Resposta: Desde o estabelecimento da Organização das Nações Unidas, em 1945, o Brasil, membro-fundador, tem-se engajado em operações para a manutenção de paz. Além de forma de projeção do País como ator com perfil cooperativo na arena internacional, a participação brasileira denota o compromisso nacional com o multilateralismo e com a paz e segurança internacionais, consoante os ditames do capítulo VII da Carta da ONU. Ademais, o fato de o País não se envolver há mais de 140 anos em conflito com os vizinhos regionais respalda a credencial do Brasil para atuar como “tertius” com credibilidade internacional.

3) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL?

Resposta: O Brasil integra ativamente o chamado G4, grupo de países composto por Alemanha, Japão e Índia, com aspiração a ocupar assento no CSNU. Cuida-se, pois, de projeto permanente, que tem permeado as mais diversas administrações nas últimas décadas. Nesse sentido, o engajamento positivo do Brasil, seja em missões de manutenção da paz, seja por meio de sua atuação nos mais variados foros internacionais (AGNU, CDH, Haia, OEA, Unctad, etc.), evidentemente qualifica o País a assumir responsabilidades condizentes não somente com seus interesses nacionais, mas também correspondentes a seu peso no mundo.

Isso posto, a participação do Brasil, desde 2011, à frente da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) reflete o compromisso brasileiro com a paz e segurança internacionais. Além disso, cumpre lembrar que a significativa presença da diáspora libanesa no Brasil, avaliada em cerca de 8 milhões de descendentes, determina a existência de uma relação especial com o país levantino, sobretudo pela intensidade de laços familiares e pela grande influência da cultura libanesa no Brasil, e vice-versa.

4) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação de participação em fóruns multilaterais pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL ?

(Pergunta duplicada. Vide resposta anterior)

5) Quais são os resultados para a política externa brasileira decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL?

Resposta: Muito positivos. O profissionalismo da Marinha do Brasil é reconhecido pelo comando da UNIFIL. A presença de nau-capitânia brasileira à frente da MTF tem sido objeto de seguidos elogios em conversas mantidas com autoridades libanesas. O governo libanês, aliás, aprecia o engajamento brasileiro em força de paz considerada essencial para reduzir as tensões com o Estado de Israel, país com o qual o Líbano mantém mera trégua.

6) Quais implicações para a política externa brasileira foram identificadas por V. Sa., decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL, isto é, no relacionamento com o Líbano e com Israel?

Vide resposta anterior. Quanto ao relacionamento com Israel, não teria condições de tecer comentários pormenorizados.

7) Relate aqui, caso julgue conveniente, informações adicionais relacionadas com o tema dessa pesquisa.

Trata-se de tema relevante, pouco explorado no universo acadêmico, embora parte fundamental da presença brasileira no Sistema das Nações Unidas, particularmente em região marcada, há um século (desde a celebração do chamado “acordo Sykes-Picot” firmado, secretamente, entre Reino Unido e França), por tensões com grande potencial destabilizador, não somente no âmbito do Oriente Próximo, mas também com graves

implicações globais, como mostra o conflito árabe-israelense, insolúvel há sete décadas.

Esta Embaixada está pronta a colaborar no que for possível para o sucesso da pesquisa científica em tela.

Enviado em: 05 mai. 17

Recebido em: 01 ago. 17

APÊNDICE C – Questionário respondido pelo Primeiro Secretário Roberto Salone -
Diplomata da Embaixada do Brasil no Líbano

Segue trecho da proposta da Estratégia Nacional de Defesa (versão sob apreciação do Congresso Nacional, Lei Complementar 97/1999, Art. 9º, § 3º), um dos pressupostos teóricos da pesquisa:

A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Em um ambiente internacional cada vez mais complexo e de uma crescente interdependência entre as nações em diversos domínios, a diplomacia ganha cada vez maior importância no encaminhamento das grandes questões globais. No caso do Brasil, a atividade diplomática orienta-se pelos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

No contexto da política exterior do Brasil, as relações diplomáticas, na perspectiva da Defesa Nacional, antecedem o uso da força, por intermédio da expressão militar, para a solução de contenciosos. As ações diplomáticas, portanto, diferenciam-se daquelas adotadas pela Defesa Nacional quanto à sua natureza, todavia possuem o mesmo objetivo em sua essência. Assim, ainda que a política externa seja competência privativa do Presidente da República, que a exerce com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores na sua formulação e condução, o relacionamento internacional de defesa de entidades governamentais brasileiras pode contribuir para a estratégia de defesa, uma vez que promovem a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica. (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2016, p.24).

1) Qual a importância da defesa para a política externa brasileira?

Resposta: Um dos pilares da Política Externa Brasileira (PEB), definida pelo artigo 4º da Constituição Federal de 1988, são a independência nacional e a defesa da paz. A soberania nacional, garantida pelas Forças Armadas, é elemento fundamental para a projeção dos valores básicos do Estado nacional enumerados pela Constituição Federal. Deve-se buscar, pois, sinergia complementar entre as atribuições dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores com vistas ao pleno desenvolvimento nacional e ao cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil como ator soberano no âmbito internacional.

2) Qual a importância para o Brasil de participar de operações de paz da ONU como instrumento de política externa?

Resposta: Desde o estabelecimento da Organização das Nações Unidas, em 1945, o Brasil, membro-fundador, tem-se engajado em operações para a manutenção de paz. Além de forma de projeção do País como ator com perfil cooperativo na arena internacional, a participação brasileira denota o compromisso nacional com o multilateralismo e com a paz e segurança internacionais, consoante os ditames do capítulo VII da Carta da ONU. Ademais, o fato de o País não se envolver há mais de 140 anos em conflito com os vizinhos regionais respalda a credencial do Brasil para atuar como “tertius” com credibilidade internacional.

3) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL?

Resposta: O Brasil integra ativamente o chamado G4, grupo de países composto por Alemanha, Japão e Índia, com aspiração a ocupar assento no CSNU. Cuida-se, pois, de projeto permanente, que tem permeado as mais diversas administrações nas últimas décadas. Nesse sentido, o engajamento positivo do Brasil, seja em missões de manutenção da paz, seja por meio de sua atuação nos mais variados foros internacionais (AGNU, CDH, Haia, OEA, Unctad, etc.), evidentemente qualifica o País a assumir responsabilidades condizentes não somente com seus interesses nacionais, mas também correspondentes a seu peso no mundo.

Isso posto, a participação do Brasil, desde 2011, à frente da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) reflete o compromisso brasileiro com a paz e segurança internacionais. Além disso, cumpre lembrar que a significativa presença da diáspora libanesa no Brasil, avaliada em cerca de 8 milhões de descendentes, determina a existência de uma relação especial com o país levantino, sobretudo pela intensidade de laços familiares e pela grande influência da cultura libanesa no Brasil, e vice-versa.

4) A participação em missões de paz de contingente brasileiro pode ajudar na postulação de participação em fóruns multilaterais pelo Brasil? Caso positivo, favor descrever as motivações em relação à UNIFIL ?

(Pergunta duplicada. Vide resposta anterior)

5) Quais são os resultados para a política externa brasileira decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL?

Resposta: Muito positivos. O profissionalismo da Marinha do Brasil é reconhecido pelo comando da UNIFIL. A presença de nau-capitânia brasileira à frente da MTF tem sido objeto de seguidos elogios em conversas mantidas com autoridades libanesas. O governo libanês, aliás, aprecia o engajamento brasileiro em força de paz considerada essencial para reduzir as tensões com o Estado de Israel, país com o qual o Líbano mantém mera trégua.

6) Quais implicações para a política externa brasileira foram identificadas por V. Sa., decorrentes da participação da Marinha do Brasil na FTM-UNIFIL, isto é, no relacionamento com o Líbano e com Israel?

Vide resposta anterior. Quanto ao relacionamento com Israel, não teria condições de tecer comentários pormenorizados.

7) Relate aqui, caso julgue conveniente, informações adicionais relacionadas com o tema dessa pesquisa.

Trata-se de tema relevante, pouco explorado no universo acadêmico, embora parte fundamental da presença brasileira no Sistema das Nações Unidas, particularmente em região marcada, há um século (desde a celebração do chamado “acordo Sykes-Picot” firmado, secretamente, entre Reino Unido e França), por tensões com grande potencial destabilizador, não somente no âmbito do Oriente Próximo, mas também com graves

implicações globais, como mostra o conflito árabe-israelense, insolúvel há sete décadas.

Esta Embaixada está pronta a colaborar no que for possível para o sucesso da pesquisa científica em tela.

Enviado em: 05 mai. 17

Recebido em: 01 ago. 17